negocios

negocios.pt

Segunda-feira, 24 de junho de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5266 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Fazer justiça pelo buraco da fechadura não é edificante
OPINIÃO 30

L. MARQUES MENDES
Silêncio de Nuno Rebelo de Sousa está a prejudicar o pai
OPINIÃO 31

investidor privado

Do Chile ao Japão: umas férias ao sabor do câmbio

Semana de quatro dias vale 28% do salário

Este é o benefício calculado pelos trabalhadores. Das 100 empresas que testaram o sistema durante um ano, 21 levaram-no até ao fim.

ECONOMIA 10 e 11

Indústria

EUA acusam empresa de Santo Tirso de "dumping"

EMPRESAS 16

Saúde

Angelini cresce mas está "frustrada" com atrasos

EMPRESAS 18

Vítor Mota

CONVERSA CAPITAL
PAULA FRANCO

"O próximo OE não pode ser muito arrojado"

Com descida do IRC, "as pequenas empresas iriam até fugir menos", diz bastonária dos contabilistas.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

BdP vê fim de comissões para transferir em janeiro

Banco de Portugal prevê que mudanças impostas pela UE aconteçam logo no início de 2025.

MERCADOS 22 e 23

HOME PAGE

Duarte Roriz

Bolsa de Lisboa prepara chegada de nova empresa

A sociedade Vila dos Números tem ativos imobiliários nas regiões da Grande Lisboa e Algarve e diz estar a analisar potenciais negócios. Entra agora em bolsa.

Chama-se Vila dos Números e é uma sociedade de investimento e gestão imobiliária (SIGI) que se prepara para entrar em bolsa esta semana, por via de uma admissão direta de 50 mil ações com uma cotação inicial de 120 euros.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

A bolsa de Lisboa vai receber esta semana uma nova cotada. A sociedade de investimento e gestão imobiliária (SIGI) Vila dos Números vai realizar uma admissão direta (sem captação inicial de capital) de 50 mil ações, a um preço de 120 euros cada.

Está prevista para terça-feira a admissão técnica no mercado Euronext Access em Lisboa, um sistema de negociação multilateral da bolsa de Lisboa, de 50 mil ações com o valor inicial de subscrição de 120 euros, representativas de 100% do capital subscrito da Vila dos Números – SIGI.

"Na medida em que se trata de uma admissão técnica, a Vila dos Números não irá fazer uso dos mecanismos de oferta pública ou de colocação privada no âmbito de captação de capital", explica a empresa no documento da operação a que o Negócios teve acesso.

Atualmente, o único acionista é a Léxico SGPS, mas o regime das SIGI obriga a que as sociedades sejam cotadas em bolsa. Há já outros veículos deste tipo a negociar em Lisboa. Em abril do ano passado, a Atrium Bire tornou-se a segunda SIGI da Sonae e do Bankinter a ser admitida à negociação no sistema de negociação multilateral Euronext Access. Em junho de 2020, os mesmos acionistas tinham já colocado em bolsa a Olimpo Real Estate Portugal, SIGI (ORES Portugal).

Em 2020 e 2023 também a Sonae e o Bankinter colocaram em bolsa duas SIGI.

A Vila dos Números vai agora juntar-se ao grupo. Fundada em 2010, a empresa liderada por Cláudia Leal passou a deter o estatuto de SIGI em dezembro de 2022. "O objetivo desta sociedade de gestão de investimentos consiste em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários", indica a empresa.

A política de investimento da Vila dos Números prende-se com a aquisição e o desenvolvimento de projetos de construção e reabilitação de edifícios para revenda ou arrendamento para comércio, serviços ou habitação, podendo também investir em prédios mistos ou rústicos. A sociedade afirma que "investirá em imóveis urbanos, rústicos ou mistos localizados em âmbito nacional, com enfoque nas zonas de maior dinâmica populacional, nomeadamente na região da Grande Lisboa e na região do Algarve".

As propriedades que a empresa já tem foram adquiridas a 100% com capitais próprios dos acionistas. A carteira inclui ativos em Campo de Ourique, Oeiras, Cascais, Faro, Boliqueime e São Brás de Alportel. "No que diz respeito à aquisição de novas propriedades, a empresa está a analisar vários investimentos, no centro de Lisboa e em outras áreas do país, fazendo as devidas 'due diligences' técnicas e jurídicas", acrescenta a Vila dos Números no documento. ■

DIA

AÇÃO

Queda da compra de empresa de refrigerantes castiga Carlsberg

A empresa liderada por Jacob Aarup-Andersen quer alargar a linha de produtos vendidos.

A fabricante de refrigerantes Britvic rejeitou uma proposta não solicitada de compra que tinha sido feita pela Carlsberg. A rejeição levou o conglomerado dinamarquês a afundar em bolsa. A proposta avaliava a empresa britânica em 3,1 mil milhões de libras (3,66 milhões de euros). O interesse na empresa de refrigerantes fazia parte do plano da Carlsberg para expandir a oferta além da cerveja. ■

-9,32%

Variação este ano: **1,39%**
Valor em bolsa: **124.418,9 milhões de coroas dinamarquesas**

FRASE

"Vamos educar, não vamos ceder, vamos punir. O antissemitismo, o racismo e todas as formas de ódio prejudicam todos e cada um de nós.

EMMANUEL MACRON
Presidente francês após ataque a criança de 12 anos

FOTO

Capri barra turistas por falta de água e volta a aceitá-los

E, de repente, as portas do paraíso fecharam-se. As autoridades italianas decidiram barrar a entrada de turistas na ilha de Capri, no sábado, o que forçou vários ferries provenientes Nápoles e Sorrento a regressarem aos portos. Tudo devido a problemas no abastecimento de água. As filas de turistas avolumaram-se. No domingo, a limitação à entrada em Capri foi levantada.

Fotografia: Ciro Fusco / EPA

NÚMERO

A 22 de junho havia 583 tarifas sociais de internet ativas, diz o Público. A Anacom vai rever o modelo.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Provar para não gostar

França está, por estes dias, a fazer soar todas as campainhas de dirigentes de topo na Europa, políticos, sociólogos e investidores. Depois de uma derrota estrondosa nas eleições europeias, a jogada de risco de Macron de atirar o país para legislativas antecipadas parece desembocar no pior pesadelo: a escolha, num Estado central da UE, de um partido de extrema-direita para governar o país.

Os juros da dívida e as principais praças financeiras na Europa – que pareciam estar anestesiadas e quase sem reação mesmo quando eventos mais adversos surgiam – vão agora dando os primeiros sinais de inquietação com o enquadramento político em França, antecipando riscos de bloqueio político que culminem numa crise económica de largo espetro. Estranhamente, dentro de portas, França parece preparar-se para mergulhar nas promessas de Le Pen e Bardella, confiando numa melhoria de condições de vida que externamente ninguém parece entender como será alcançada. É a estranha antítese da indefinição.

A sondagem do Financial Times deste domingo que nos dá conta de que os eleitores franceses confiam mais na União Nacional de Le Pen para as questões económicas do que em qualquer outro partido no país – mesmo não se sabendo como se financiará a prometida descida de impostos – é a demonstração de como a desesperança leva à cegueira. Há dias, o economista-chefe da Allianz dizia ao FT que um governo de esquerda em França causaria uma fuga de capitais e que um executivo de extrema-direita desembocaria numa crise de dívidas. Apesar disto, no país, as propostas vãs enraízam-se e fazem caminho, sem que o sentido crítico faça de alguma forma agitar a consciência de quem vai votar.

Em França, as propostas vãs da extrema-direita enraízam-se e fazem caminho.

Macron fez uma jogada demasiado arriscada no pós-europeias, é certo, e parece agora inevitável que um dos países fundadores de uma Europa livre e socialmente relevante caminhe para a eleição de um governo eurocético, fechado e protecionista. Próximo de quem quer pôr em causa a democracia no Velho Continente.

A eleição de um partido de extrema-direita em França será, em si mesma, uma experiência social. Talvez permita, com todos os problemas que daí advêm e retrocessos que implique, que se prove a refeição para se perceber que não se gosta. Será o antídoto para o resto da UE? Aguardemos. ■

CONVERSA CAPITAL

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

"Próximo OE não pode ser muito arrojado"

Para a bastonária dos Contabilistas Certificados, a palavra-chave para o Orçamento do Estado para 2025 deve ser "equilíbrio". Num cenário de grande pressão sobre o Governo, é preciso começar já a ver lá as promessas eleitorais, mas também apostar em medidas com menos impacto orçamental, defende.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

Paula Franco foi reeleita bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados nesta sexta-feira em eleições de lista única, mas com a "segunda maior votação de sempre na Ordem", como faz questão de sublinhar. Ao Governo pede "equilíbrio" e defende que a descida do IRS é para continuar já no próximo Orçamento do Estado (OE).

Já tem reunião agendada com o Executivo na qualidade de bastonária reeleita e o que é que pretende transmitir nessa reunião?

Temos tido reuniões regulares, temos outras agendadas com os ministérios com que lidamos mais. As relações estão-se a criar, está a correr tudo bem. A posição da Ordem dos Contabilistas Certificados é sempre antecipar problemas, preveni-los, alertar, independentemente de ter alterado agora o Governo.

A primeira iniciativa do Governo foi a redução do IRS. Acabou por ser aprovada uma proposta do PS. Foi a mais adequada?

A proposta do PS vai para os escalões mais baixos, o que também é importante, mas poder-se-ia ter ido mais além, a escalões que caem essencialmente na classe média. Os rendimentos em Portugal são muito baixos e as taxas altas incidem sobre rendimentos baixos. Com a progressividade também são abrangidos. Mas com o aumento das taxas, nos períodos da crise económica, estes escalões foram muito prejudicados. Para os contribuintes será sempre pouco, porque estas descidas do IRS nos nossos bolsos significarão pouco, mas o importante é, gradualmente, ir-se diminuindo até chegarmos a um ponto ideal, porque também o país não tem condições para fazer aquilo que na cabeça dos portugueses seria um choque fiscal, não será possível porque não podemos diminuir o rendimento sem ter o equilíbrio das contas e este equilíbrio é muito importante. Mas deve manter-se esta política progressiva de diminuição (...) já no próximo OE.

Com as medidas fiscais, os aumentos em vários setores da administração pública já se fala em aumento do défice e derrapagem das contas públicas. O Governo pode estar a dar passos maiores do que pode?

Tem de haver equilíbrio e [...] é preciso ter cuidado com todas estas medidas. O que estamos a assistir agora, é que houve uma mudança de Governo e todas as reivindicações vêm outra vez para cima da mesa. E é um direito legítimo de todos, que queiram melhor as remunerações. É verdade que houve muito congelamento de salários na Função Pública e, portanto, que existe a necessidade de ajustamentos. Agora, é óbvio, e o Governo deve estar preocupado também com isso, que não se consegue fazer tudo e não há dinheiro para tudo. Portanto, acho que tem que haver um equilíbrio de todos na tal progressão, se calhar é melhor ir começando a fazer, mas não fazer tudo uma vez, sob pena de pôr em causa o equilíbrio das contas públicas. O dinheiro não é elástico, os fundos não são elásticos e, portanto, os gastos e os custos do Estado têm limites.

Qual é a sua perceção nos contactos que tem mantido com o Executivo? Existe uma pressa de apresentar medidas e resultados, ou há essa gestão do equilíbrio, de uma forma mais ponderada?

Acho que o Executivo está com alguma ponderação, mas a pressão é muito grande e é normalíssimo quando muda um Governo haver esta expectativa de todos e a pressão ser maior para se conseguir tudo na mesma altura, mas claramente há alguma preocupação. Há muitas medidas que podem não ter impacto orçamental, mas também melhoram a vida dos funcionários públicos e de todos nós enquanto cidadãos.

Nomeadamente?

A simplificação administrativa, a simplificação burocrática, tudo aquilo com que o cidadão lida no dia a dia. Se lhe for mais facilitado, se calhar também há uma compensação.

Do seu ponto de vista, que OE para 2025 deveríamos ter? Em função dos cenários macroeconómicos e daquilo que são as expectativas.

Acho que não pode ser um OE muito arrojado. Todos gostaríamos fosse, mas acho que há muitas contingências. Muita pressão sobre o Governo para muitos aumentos dentro da Função Pública, o que lhe vai retirar muito dinheiro, muita capacidade. Portanto, tem de se fazer uma grande reestruturação a outros gastos, a outra despesa pública, para se poder chegar a um orçamento que seria o que os portugueses gostariam. Acho que aqui, mais uma vez, se pode apostar em diminuir muito a burocracia, as medidas que não têm impacto orçamental, e que, de alguma forma, teriam benefícios, para contrabalançar a impossibilidade de se dar tudo no mesmo ano. Ainda assim, tem que se começar a ver no OE as promessas do Governo, nomeadamente as relacionadas com os jovens, que já houve agora, mas temos de ir mais além. A questão da habitação, acho que é a mais premente e transversal a todos os setores. Espero ver no OE um investimento muito grande nesta matéria. ■

> **"É melhor ir começando a fazer e não fazer tudo de uma vez, sob pena de pôr em causa o equilíbrio das contas públicas."**

> **"Um choque fiscal não será possível."**

Com descida do IRC, "se calhar as pequenas empresas iriam até fugir menos"

Paula Franco acredita que a descida do IRC libertará meios para novos investimentos e subidas salariais. E que se as grandes empresas são as que mais beneficiam, as mais pequenas também não saem a perder.

O Governo prometeu uma uma redução gradual do IRC até aos 15%. Mas, face ao tecido empresarial que temos em Portugal, há quem diga que a medida vai beneficiar sobretudo as grandes empresas. E as micro e PME?

As micro e pequenas empresas, de facto, não pagam muito IRC. E vai beneficiar as grandes, mas também as pequenas. O facto de o empresário ter um IRC menor, permite-lhe dispor de outra forma as suas margens, o seu lucro. Poder aumentar mais também os

salários dos trabalhadores, num cenário de falta de mão de obra e dificuldade de retenção de talentos. Portanto, a descida da taxa do IRC beneficiaria todos. Mais diretamente, e se calhar em termos daquelas contas objetivas, as grandes empresas mas, se calhar as pequenas empresas iriam até fugir menos, arranjar menos despesas que, se calhar, não são tão reais, porque já pagariam menos e poderiam ter mais disponibilidade para fazer outro tipo de investimentos.

Faria sentido revisitar os benefícios fiscais e, eventualmente, reduzi-los e assim compensar a questão do IRC?

Os benefícios fiscais têm a vantagem de mudar comportamentos, de beneficiar aquelas empresas que têm preocupações específicas. São vantajosos em determinadas circunstâncias, mas é um facto que o empresário tem mais dificuldade em perceber qual vai ser o seu IRC final. Agora, os benefícios fiscais têm essa vantagem, podem mudar comportamentos e podem incentivar mudanças de políticas dentro das empresas. O que é também positivo. Portanto, aqui é muito subjetivo. O que importa é que, de facto, as empresas paguem menos IRC. O IRC não é muito significativo para as empresas, não é muito significativo para o Estado, mas acaba por ser algo que limita um pouco o investimento. E a sua descida tem essa vantagem.

A redução da TSU, poderia ser uma forma também de compensar?

Qualquer empresário diria que sim, porque a TSU é muito elevada. Mas é uma discussão difícil. A sustentabilidade da Segurança Social é algo que preocupa. As contribuições não são impostos, são garantias que vão assegurar muitos benefícios para os trabalhadores. E, portanto, é preciso ter cuidado aí para a sustentabilidade da Segurança Social. E descer o IRC, porque é menos um encargo que as empresas têm e focarem-se um bocadinho naquilo que é um equilíbrio melhor para o país.

O Governo quer reduzir em 20% as tributações autónomas. Devia ir mais longe?

As tributações autónomas são aquilo que todos nós, contabilistas certificados, temos dificuldade em explicar a qualquer empresário, e se for um investidor estrangeiro, é muito pior.

São uma especificidade portuguesa?

São uma especificidade portuguesa. São despesas que já tinham correções fiscais, mas a legislação mudou e agora são um pagamento de um imposto direto. Algumas viaturas de alguns valores, está-se a pagar para as ter nas empresas. É muito violento. A maior parte dos empresários colaboradores com viaturas são, de facto, vantagens que lhes são atribuídas, mas ainda assim as pessoas estão a trabalhar, se calhar, 5 a 6 dias por semana para as empresas e, portanto, se calhar não é tão abusivo como se pensa. Não sou favorável a que exista a tributação autónoma, para mim deixaria de existir e passaria a ser uma correção se se entendesse que havia um abuso. ■

> **"O IRC não é muito significativo para as empresas nem para o Estado, mas limita o investimento."**

> **"Não sou favorável a que exista a tributação autónoma."**

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Segurança Social está a pedir o SAF-T para fiscalizar as empresas

Paula Franco avisa que o ficheiro que reúne toda a informação fiscal e contabilística das empresas não deve ser partilhado com qualquer entidade. Nem com a Segurança Social, que o está a pedir para realizar inspeções.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

O uso do ficheiro SAF-T para o preenchimento automático da Informação Empresarial Simplificada (IES) continua a opor os contabilistas ao Fisco. A bastonária reeleita insiste em que tal medida não deve avançar. O SAF-T compila toda a informação fiscal e contabilística de uma empresa e o ficheiro deve ser enviado apenas para inspeções e só para o Fisco, entende Paula Franco.

Já apresentaram sugestões e preocupações ao novo Governo?

Estamos a apresentar projetos para simplificação fiscal, nomeadamente em termos de prazos e informações redundantes. Temos uma grande proposta que é revogar o SAF-T para entrega da IES, mantendo-se para efeitos de inspeção da Autoridade Tributária (AT) e esse será um dos nossos focos. Para preenchimento da IES achamos que não faz sentido, aliás, isso tem vindo a ser prorrogado ao longo dos anos. Temos também a questão da sustentabilidade e do relato não financeiro, que é algo que todos os países têm que pegar. A sustentabilidade está na ordem do dia, não é fácil para as empresas lidarem com estas questões e os contabilistas certificados terão aí um papel muito importante.

Nota que tem havido melhorias na relação entre o Fisco e os contribuintes?

Está melhor a relação com o contribuinte, há um esforço muito grande. Diminuíram um pouco as coimas, a forma de aplicação, há a dispensa da coima, o que traz uma relação completamente diferente com o contribuinte, mas, obviamente que a AT ainda é uma entidade muito pesada junto dos contribuintes. A dependência dos sistemas informáticos, muitas vezes causa constrangimentos, sem dúvida, e isso é algo que os contabilistas se queixam muito porque, de facto, querermos trabalhar e não podermos é algo que não deve ou não deveria acontecer, mas acaba por acontecer sempre. A AT, apesar de tudo, está a funcionar muito melhor do que já funcionou no passado do ponto de vista dos sistemas, mas, por exemplo, se vamos à Segurança Social, está, muitas vezes inoperacional do ponto de vista informático, o que causa muitos constrangimentos.

> **"O SAF-T é um ficheiro para inspeções e não para cumprir obrigações declarativas."**

> **"Apresentamos propostas de uma gestão das datas das obrigações fiscais diferente."**

Que propostas têm em matéria de simplificação de procedimentos ?

Uma das propostas que estamos a apresentar é uma gestão diferente das datas das obrigações fiscais. Há obrigações fiscais que caem todas nos mesmos momentos e que podem perfeitamente ser retiradas dessas datas para não serem coincidentes com outras.

Há pouco falou na entrega do ficheiro SAF-T da contabilidade. Acha que vai mesmo ficar pelo caminho? Já discutiu isso com o Governo?

Já tenho falado com o Governo sobre isto. Eu espero que sim. Espero que sim. O SAF-T para a

"A AT, apesar de tudo, está a funcionar muito melhor do que no passado."

"Há obrigações fiscais que caem todas nos mesmos momentos."

"Execução do PRR está muito longe do que era expectável"

inspeção, eu percebo perfeitamente a razão por que existe. Agora, para a entrega da IES, há seis anos, pelo menos, desde que estou neste cargo como bastonária, que o temos vindo a prorrogar. E não há condições para que ele entre em vigor. Não faz sentido esse caminho. É um ficheiro para inspeção, não é um ficheiro para cumprimento de obrigações [declarativas]. E a Comissão Nacional de Proteção de Dados já se pronunciou várias vezes sobre o excesso [de informação]. Se há ali questões que violam a proteção de dados, têm que ser corrigidas.

Pode dar exemplos?

Só para perceber, uma das informações que o SAF-T tem é a de quem fez o registo da operação e a que horas o fez. Isto viola questões relacionadas com o contabilista certificado e com os seus colaboradores. E é abusivo nesse sentido. Por isso é que nós temos muitas restrições. Espero que o SAF-T, para entrega de obrigações, de facto, seja de todo revogado. E que se tenha algum cuidado na sua utilização, já que está a ser pedido por muitas entidades. Temos alertado contabilistas para avisarem os clientes de que o ficheiro não deve ser enviado para os bancos, por exemplo, porque tem demasiada informação.

Em que circunstâncias é que os bancos pedem?

Para financiamentos, para análise das empresas... O que normalmente se envia para o banco é um balancete, que vai num PDF, mas se o banco tiver um ficheiro, claro que lhe facilita muito a vida. Não deve é ser o ficheiro SAF-T da contabilidade tal como ele está. Mesmo os bancos recorrem a empresas externas, os dados hoje em dia, não nos podemos esquecer, são o petróleo do passado, a venda de dados, a exploração de dados é algo que é uma realidade e tem de se ter cuidado com a partilha. Quando enviamos um SAF-T para o banco, não sabemos o limite de utilização daquela informação.

Além da AT, há outras entidades a solicitar o SAF-T para efeitos de inspeção?

Neste momento estamos confrontados com a Segurança Social a pedir o SAF-T. Estamos a analisar a situação e vamos fazer um memorando para a Segurança Social. Não me parece correto. Aquilo teve um fim específico para fins de inspeção da AT, foi criado para esse fim, não faz sentido que seja enviado para qualquer outra entidade.

Não há previsão legal?

É isso que estamos a analisar, a Segurança Social diz que sim, nós achamos que não, estamos a avaliar a situação. A informação é demasiada e por isso é que acaba por ter que se restringir. É o ideal, de facto, mandar-se um ficheiro para que uma inspeção da Segurança Social possa ver determinados dados e evitar enviar papel, claro que sim. Agora, nós temos que criar, é um mecanismo harmonizado de informação financeira que sirva muitos utilizadores. Criar esta informação é útil para todos, mas depois não se pode permitir que se peça muito mais informação em papel, que é o que acontece hoje em dia numa inspeção. Pedem o SAF-T e depois pedem não sei quantas informações em papel, faturas, fotocópias, etc. Não há capacidade e os recursos das empresas são escassos. ■

A Ordem dos Contabilistas Certificados tem uma bolsa de profissionais designados para acompanhar o PRR, mas até agora, pouco tem havido para verificar, diz a bastonária. Paula Franco avisa que o tempo está a passar e teme que seja impossível execução a 100%.

A Ordem tem feito algum acompanhamento do PRR?

Nós temos uma bolsa de contabilistas certificados designados para acompanhar e fazer a verificação das despesas de alguns dos apoios do PRR, mas tem sido muito lento e ainda não fizemos o que gostaríamos de fazer nessa área.

Defina lento.

Acho que a execução está muito longe de ser aquilo que era expectável. Está muito lenta, o que significa que ainda há pouco para verificar. E já não temos muito tempo, não é?

Será possível cumprir até 2026?

Isso é algo que todos esperamos, que esse dinheiro entre na economia, que seja bem usado. Agora tenho algumas dúvidas, o tempo está a passar muito depressa, vamos ver se este Executivo tem a capacidade.

Da vossa sensibilidade no terreno, o que lhe parece é que será difícil cumprir?

Primeiro, não se sente até agora e já passaram vários anos. Claro que o início é sempre o mais complicado, se calhar agora as condições já estão mais preparadas para se começar a executar mais, vamos ver o que é que vai acontecer. Sinceramente, não tenho uma expectativa muito positiva que se consiga fazer a execução a 100%.

Os processos continuam a ser demasiado complexos?

São sempre complexos, é dinheiro financiado, é dinheiro público tem de ter um controlo muito grande.

Em geral, já há muitos contabilistas no Estado?

Diria que, em concursos mais recentes, na mobilização interna dentro do Estado, tudo o que tem a ver com áreas relacionadas com a contabilidade, já há muito mais contabilistas do que não contabilistas. Uma das agendas que temos é a do contabilista público. A legislação diz que um contabilista público tem de ser um dirigente intermédio e aquilo que está subjacente é criar a carreira e criar, acima de tudo, a responsabilidade. Nas empresas há um contabilista certificado que é responsável pela informação financeira, e depois há um gestor, que é responsável pela gestão. E ambos se responsabilizam pela informação financeira. No Estado, só este dirigente intermédio é que se responsabiliza. E é aqui que está a questão, que pode trazer uma melhoria significativa nas contas do Estado. É responsabilizar profissionais com competência para aquela tarefa. Claro que é uma decisão política. Pôr a responsabilidade de ter determinados resultados nas mãos dos contabilistas no Estado pode trazer maior transparência, melhoria das contas, mas pode não agradar a quem está por trás ou que está responsável por determinados serviços. ■

Respostas rápidas

PAULA FRANCO
Dedicada.

29 DE SETEMBRO
O meu dia de anos.

BALANÇA
Equilíbrio.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
Tem que melhorar.

CORRUPÇÃO
Tem que acabar.

CONTABILIDADE
É a resolução para muita coisa.

MIRANDA SARMENTO
Vai ser um bom ministro das Finanças.

SANTOS POPULARES
É sempre bom para nos divertirmos e convivermos.

AMIZADE
O mais importante para sermos sempre equilibrados.

MULHER
Maternal.

"OUTFIT"
Tem que se manter alguma parte conservadora.

FAMÍLIA
O essencial.

FÉRIAS
Também necessárias.

SAUDADE
Saudade de quem nos deixou.

PORTUGAL
É um país fantástico.

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

"Poucas empresas tiveram condições" para utilizar benefício da valorização salarial

O incentivo fiscal à valorização salarial criado em 2023 teve pouca utilização pelas empresas, afirma a bastonária dos contabilistas, que defende que as regras, demasiado restritivas, devem ser revistas.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

A bastonária dos Contabilistas Certificados lamenta que o benefício em IRC da valorização salarial tenha sido pouco usado pelas empresas. Paula Franco defende medidas como os vistos gold ou o regime dos residentes não habituais e diz que o país não se pode dar ao luxo de recusar esse tipo de investimentos.

Em 2023 foi criado um benefício fiscal de incentivar a valorização salarial. As empresas deverão refletir isso agora nas suas declarações de rendimentos. Do acompanhamento que fazem os contabilistas certificados, diria que houve, enfim, adesão, que haverá muitas empresas a beneficiar da majoração?

Ficou um bocadinho aquém. Porque tem muitos 'ses' e o problema são sempre os 'ses' A medida é muito positiva, de dar mais um salário aos trabalhadores até um limite que era bastante elevado, 4.100 [euros], portanto, era um valor bastante elevado, atribuir um salário sem tributação em IRS e sem contribuição para a Segurança Social. O trabalhador recebia esse valor líquido, o que é muito bom para fazer face até a despesas extras. Um salário completamente limpo, sem impostos, direitinho na sua conta. Mas acabou por não ser muito utilizado pelas empresas pelas condições que tinha.

Principalmente porquê?

Nomeadamente, o aumento de 5 % para os trabalhadores poderem beneficiar deste salário sem tributação. Acabou por ficar aquém, porque poucas empresas tiveram as condições de aumentar estes 5,1 % de salário.

Mas tal como está não funciona, é assim?

É limitativa. Não há muitos casos a aplicarem-na, de facto.

Então, a medida, do seu ponto de vista, poderia ser mantida, mas reformulada?

Pelo que percebi também do programa do Governo, [a ideia] é também apostar nesta medida, que já vinha do Governo do PS, e mantê-la. Se calhar sem tantos 'ses', porque vamos aprendendo também com as medidas. Quando percebemos que não foram tão utilizadas, tem de se perceber porquê.

O Governo anunciou uma redução do IVA na construção para os 6%. É uma medida muito esperada pelo setor e agora ficou a saber-se que afinal vai ser até o final do mandato, portanto não tem uma data agendada. Acha que devia avançar já?

Claramente criou aqui um constrangimento e até a paragem de muita construção, porque os contribuintes estão à espera de fazer o seu investimento e a atrasá-lo à espera desta medida. Ao anunciarem-se medidas que têm este impacto tão grande e que podem refrear a economia, que é o que está a acontecer – e já se fala muito nisso no meio da construção civil – acho que se tem que ter algum cuidado com a expectativa e definir 'timings'.

Tem defendido o regresso dos vistos gold. O Governo anunciou agora uma autorização de residência para investimento social, uma espécie de visto gold solidário. Já é alguma coisa ou acha que devia ir mais longe?

Não foi o visto gold que diminuiu a habitação disponível para os portugueses. O visto gold tem um nicho de mercado muito específico, de luxo. Qualquer investimento que venha para Portugal é melhor do que não vir e o visto gold trouxe investimento que não viria noutras circunstâncias. Faz sentido manter e recuperar e até pode ir para valores mais elevados. É sempre benéfico atrairmos investimento para Portugal, e é importante explicar aos portugueses isso. Também o regime dos residentes não habituais, apesar de haver um regime agora, enfim, paralelo, não é o mesmo. Todas essas medidas atraem investimento para Portugal, atraem dinheiro para entrar na economia. E é isso que é preciso explicar a todos os contribuintes. Temos de perceber que provavelmente essa pessoa não residente, não viria para Portugal, não traria o seu dinheiro se não tivesse esse benefício fiscal. Os portugueses não ficam prejudicados. Nós somos um país pequenino e precisamos de ter cá capital. Atrair investimento é extremamente importante, fomentar as exportações para vir dinheiro de fora é fundamental. ■

ECONOMIA

Mariline Alves

Por ter avançado antes, a Toyno foi uma das empresas associadas ao projeto. Tirando estas, houve 21 que terminaram o piloto. Destas, 11 disseram que o iriam prolongar nos mesmos moldes.

TRABALHO

Semana de quatro dias avaliada em 28% do salário

Das 100 empresas que mostraram interesse em testar a semana de quatro dias pela primeira vez, 21 levaram o teste de um ano até ao fim e 11 decidiram prolongar o teste. Horas reduziram-se em média 12%, mas os trabalhadores avaliam o benefício em 28% do salário.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Das cem empresas que mostraram interesse em testar a semana de quatro dias pela primeira vez, avançando com o projeto-piloto, 21 levaram a experiência até ao fim (envolvendo 332 trabalhadores) e 11 decidiram prolongar o teste no mesmo formato. Quatro resolveram recuar, voltando à semana de cinco dias, e as restantes farão adaptações diversas. Do lado dos trabalhadores, a avaliação é resumida na resposta à pergunta sobre quanto vale o regime de organização que reduziu 12% das horas de trabalho: 28% do salário, em média.

As novas conclusões constam do relatório final sobre o projeto-piloto da semana de quatro dias, coordenado pelo economista Pedro Gomes e pela investigadora em recursos humanos Rita Fontinha, cuja fase de teste decorreu durante seis meses, entre junho e novembro de 2023, sem redução de salário, sem apoios financeiros do Estado e de forma voluntária e reversível para as empresas.

O projeto promovido pelo anterior Governo despertou inicialmente o interesse de 120 empresas. Contudo, acabou efetivamente por envolver 41 empresas, 20 das quais avançaram de forma desfasada (por iniciativa própria) para o teste. A maioria são dos distritos de Lisboa e Porto e de pequena dimensão (com menos de 20 trabalhadores), de setores como educação, saúde, indústria e consultoria, todas com gestão privada, mas algumas sem fins lucrativos.

As outras 79 empresas que se mostraram interessadas não avançaram para o piloto. Numa primeira fase, entre novembro de 2022 e fevereiro 2023, manifestando por vezes dúvidas sobre a instabilidade política internacional ou a inflação elevada. Preocupações com o "timing" de início do projeto (em junho), dificuldades com os clientes ou a mera ausência de aprovação no caso das multinacionais, além de dúvidas sobre o enquadramento legal, também pesaram.

No caso das que decidiram avançar, cerca de 40% dos gestores identificaram poupanças com energia, consumíveis, e "suspensão de alguns benefícios" e quase 80% consideraram que o impacto financeiro da experiência foi neutro (20% "um pouco dispendioso"). Reduções no absentismo, aumento na capacidade de recrutamento e diminuição na rotatividade foram outras vantagens

identificadas. Além da melhoria de processos, de utilização de tecnologia ou redução de erros. A maioria (72%) das empresas que participou no teste aumentou lucros no ano passado.

Quanto vale a semana de quatro dias?

O relatório intercalar divulgado em dezembro já apontava para uma avaliação positiva por parte da grande maioria dos trabalhadores (93%), que sentiram, em média, uma redução de 12% nas horas trabalhadas, de mais de 41 horas para 36,5 horas, e que relataram através de vários indicadores melhorias na conciliação, na saúde física ou mental, garantindo que não mudariam de empresa (regressando aos cinco dias) com um aumento menor do que 20%.

Os autores também quiseram saber como é que as pessoas quantificam o valor da semana de quatro dias e para isso entenderam que a melhor forma, ainda que com limitações, seria perguntar diretamente qual o valor que o trabalhador atribui a este benefício em percentagem do seu salário.

"Em média, os trabalhadores avaliam este benefício com 28% do salário, um valor muito significativo dado que a redução das horas trabalhadas foi em média de 12%", conclui o relatório.

Para Pedro Gomes, um dos coordenadores do projeto, este resultado "diz-nos que é um benefício valorizado pelos trabalhadores que poucas empresas oferecem e que pode funcionar como fator de recrutamento e retenção de trabalhadores".

A valorização é maior no caso das mulheres (32%), que também relataram os maiores efeitos positivos, entre os trabalhadores com mais de 40 anos (31%) ou com filhos ou enteados (32%). A valorização é maior quando o salário é inferior a 1.100 euros (33% contra 24%) e tanto maior quanto menor a qualificação (37% no caso de quem não tem licenciatura), o que para os autores contraria a ideia de que "a semana de quatro dias é apenas para uma elite muito qualificada".

"Vivemos numa sociedade onde a falta de tempo é crónica" e sobretudo sentida pelas mulheres, diz o relatório. "Os trabalhadores com rendimentos mais baixos enfrentam uma pressão de tempo semelhante à dos outros trabalhadores, mas têm menos capacidade financeira para aliviar essa pressão comprando serviços que libertem tempo", recorrendo a trabalhadores domésticos ou a refeições já preparadas.

Resultado depende de nova organização

A maioria das empresas que avançou partiu da típica semana de 40 horas, reduzindo para 36, 34, ou 32 horas semanais, em diferentes formatos.

A partir dos dados, os autores concluem que o sucesso da semana de quatro dias como prática de gestão e a sua sustentabilidade "dependem das mudanças organizacionais adotadas" para aumentar a eficiência, como a redução da duração de reuniões, a automação de processos ou de melhorias na comunicação.

"Entre as empresas que mudaram dois ou mais aspetos organizacionais, apenas 8% reverteram à semana de cinco dias". Entre as que não mudaram nenhum, ou apenas um, "38% reverteram à semana de cinco dias". ■

Os trabalhadores com rendimentos mais baixos enfrentam uma pressão de tempo semelhante à dos outros (...), mas têm menos capacidade para aliviar essa pressão comprando serviços que libertem tempo.

RELATÓRIO FINAL
Projeto-piloto da semana de quatro dias

QUATRO DIAS EM DIFERENTES FORMATOS

Como se organizaram as empresas que participaram no piloto, número de empresas

O projeto-piloto implicou redução das horas de trabalho, mas admitiu várias modalidades de semana de quatro dias, incluindo semana sim semana não. Dia livre à sexta-feira foi dos mais frequentes.

Fonte: Relatório Final do projeto-piloto da semana de quatro dias

REUNIÕES MAIS CURTAS PODEM AJUDAR

Mudanças operacionais implementadas pelas empresas envolvidas no teste, número de empresas

A redução do tempo das reuniões, a adoção de novas tecnologias ou a automatização de processos foram algumas das alterações mais frequentes. As empresas que alteram rotinas têm maior probabilidade de sucesso.

Fonte: Relatório Final do projeto-piloto da semana de quatro dias

QUATRO EMPRESAS REGRESSAM AOS 5 DIAS

Decisão das empresas após o teste, número de empresas

Entre as 41 empresas envolvidas há 20 associadas (que avançaram por iniciativa própria) e 21 que avançaram com o piloto. Destas últimas, quatro recuaram aos cinco dias, 11 mantiveram teste e as restantes adaptaram-no.

Fonte: Relatório Final do projeto-piloto da semana de quatro dias

CANSAÇO E DESGASTE REDUZIU-SE

Trabalhadores que respondem "metade do tempo", "muitas vezes" ou "sempre", em percentagem

Quem testou a semana de quatro dias relata redução do cansaço. Os resultados aos fim de três meses não foram tão bons como ao fim de seis. Autores associam os primeiros a fatores sazonais (regresso de férias).

Fonte: Relatório Final do projeto-piloto da semana de quatro dias

Governo não garante teste aos quatro dias no Estado

Quando em março revelou os resultados do inquérito à administração pública sobre a semana de quatro dias – desejada por 85% dos funcionários – o Centro de Competências da Administração Pública (PlanApp) também revelou que pretendia ter o projeto-piloto do Estado delineado (e os organismos escolhidos) até final do primeiro trimestre.

"Quanto à segunda fase do estudo, que, como é público, passaria pela realização de um estudo piloto que testasse a implementação da semana de quatro dias em diversos organismos públicos, está a ser ponderada e avaliada", responde ao Negócios fonte oficial do PlanApp, sem explicar em detalhe o que se fez desde março. Os ministérios da Presidência, que tutela o centro de competências, e das Finanças, que tutela a administração pública, não responderam às questões colocadas.

E no setor privado, o que se segue? Neste caso não houve, nem por parte do anterior Executivo, uma intenção clara posterior ao projeto, recebido de forma crítica pelas associações patronais.

"Não sei que continuidade terá", disse ao Negócios o ainda coordenador do projeto, o economista Pedro Gomes. "A questão que deve ser debatida não é se devemos ter ou não uma semana de quatro dias porque a implementação vai levar muito tempo. Mas antes: a semana de quatro dias é ou não um bom objetivo? É desejável? É promissora?". Se com 40 empresas "já aprendemos muito, é preciso aprender muito mais". Os atores mais importantes nesta fase serão, mais do que o Governo "as grandes empresas e os parceiros sociais. Vão ver valor e interesse nisto? Terão pelo menos um relatório de 200 páginas para começar a pensar", diz Pedro Gomes.

Igualmente sem resposta ficaram as perguntas dirigidas ao gabinete da ministra do Trabalho (MTSSS). Há uma conferência sobre o assunto, no Porto, que começa quinta-feira e que na sexta-feira conta com a presença de Rosário Palma Ramalho. ■ CAP

CONJUNTURA

Zona Euro acaba semestre com sinais de novo abrandamento

O impacto da incerteza política em França e a continuada fragilidade da indústria alemã determinam novo recuo nos índices avançados de atividade no euro. É esperado que o PIB da moeda única tenha voltado a perder gás no segundo trimestre.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

A recuperação poderá não estar para já em causa, mas os sinais dados na reta final do segundo trimestre não são animadores. Após seis meses de melhoria naquele que é o principal indicador avançado para a atividade da área da moeda única – o índice de gestores de compras da Zona Euro – os dados de junho voltaram a piorar, com Alemanha e França a registarem valores que sinalizam contração económica.

A leitura rápida do índice da Zona Euro em junho, divulgada no final da semana passada, mostra resultados que ficaram abaixo das expectativas. O índice compósito para os diferentes setores de atividade, compilado pela S&P Global, caiu de 52,2 para 50,8 pontos em junho, num sinal claro de arrefecimento económico que coloca novamente o espaço do euro no limiar do terreno negativo, de onde tinha saído em março. Era esperado que o índice avançasse para os 52,5.

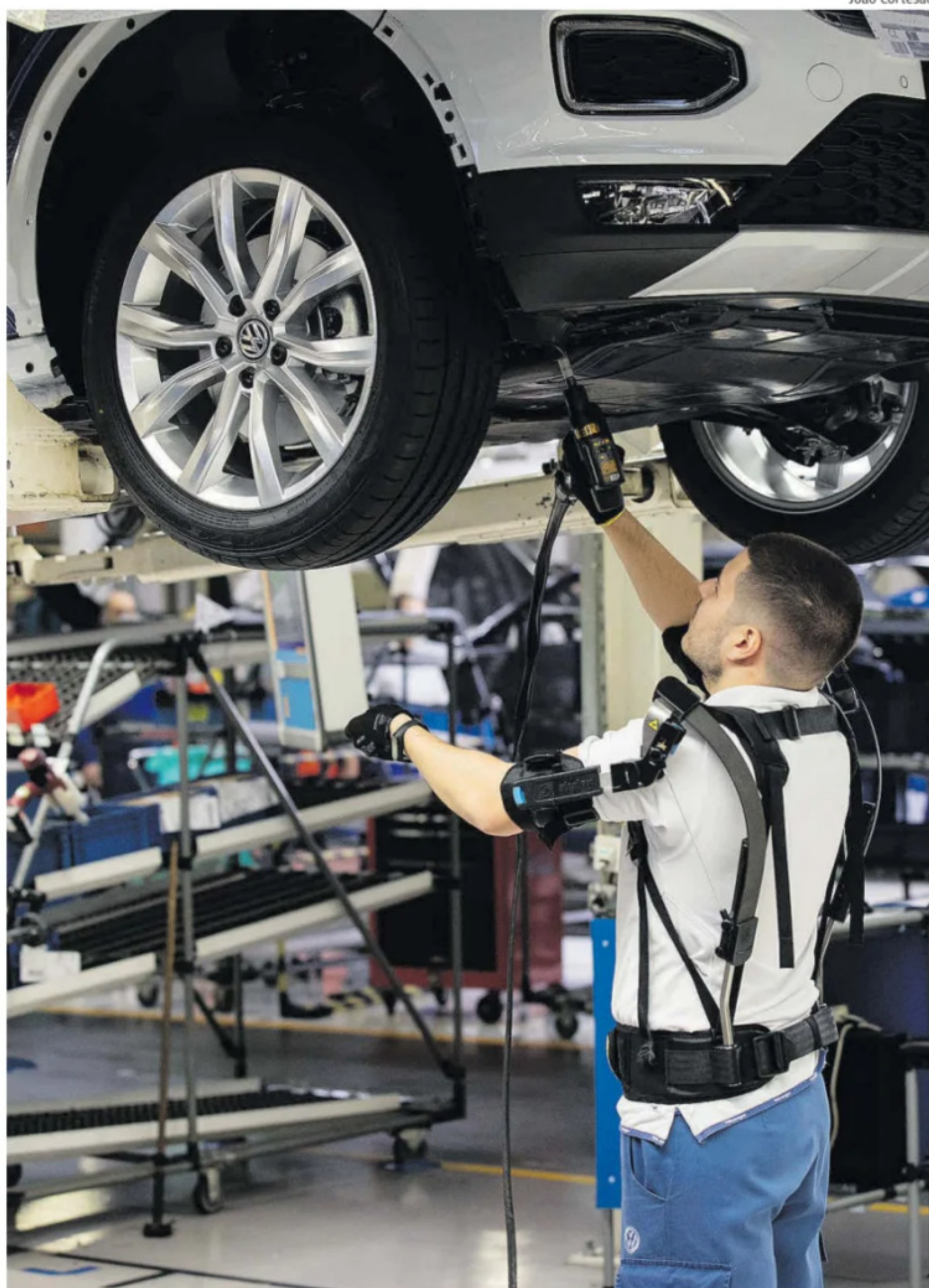
Segundo a S&P, este revés, combinado com a evolução nos dois meses anteriores, sinaliza que o crescimento das economias da moeda única no segundo trimestre não deverá ter ido além dos 0,2%, abrandando assim face aos 0,3% de subida do PIB em cadeia registados no início do ano. A confirmar-se, esta variação trimestral poderá pôr em causa a expectativa de um crescimento anual de 0,8%, antecipado pela Comissão Europeia e também pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano.

Os dados publicados indicam que a segunda maior economia do euro, França, foi a principal responsável pela degradação conjunta, após as eleições antecipadas marcadas na sequência do "desaire" das europeias para o partido do Presidente Emmanuel Macron. A incerteza política contextualiza um novo afundamento no índice PMI francês, que já seguia abaixo dos 50 pontos, nível que separa o crescimento da contração.

"As empresas reportaram que a deterioração esteve em parte ligada ao aumento da incerteza e que suspenderam despesa após o anúncio de eleições parlamentares antecipadas", refere a S&P sobre a ronda de inquéritos de junho.

O PMI compósito francês caiu para a marca de 48,2, num mínimo de quatro meses. A evolução recente aponta assim para que o PIB francês tenha crescido uns meros 0,1% no segundo trimestre, abrandando dos 0,2% de subida em cadeia ocorrida no primeiro trimestre, segundo a publicação.

Mas também na Alemanha terá voltado a haver abrandamento na atividade, com uma quebra inesperada no índice PMI compósito de 52,4 para 50,6 pontos. Também aqui, os economistas da S&P Global fazem contas a uma desaceleração do crescimento trimestral, de 0,2% para 0,1%, à semelhança do que se prevê para a economia francesa.

No caso da Alemanha, a deterioração da atividade é determinada pela indústria que, após dar sinais de alguma estabilização em maio, voltou a afundar-se, com o índice deste setor a recuar agora para 43,4. "A quebra da produção é bastante grave, mas aquilo que mais preocupa é que as novas encomendas estão a afundar a um ritmo muito mais rápido. Os números do mês passado já eram per-

João Cortesão

A atividade industrial na Alemanha, principal economia europeia, deu sinais de forte abrandamento.

turbadores, mas os de junho traçam ainda um retrato mais sombrio", indicou Cyrus de la Rubia, economista-chefe do Banco Comercial de Hamburgo (HCOB), que patrocina os índices europeus.

Mas, apesar da degradação persistente nas maiores economias e dos sinais de que a indústria tarda em recuperar, ainda é cedo para saber se a economia do euro falhará a esperada aterragem suave prevista para este ano, e que se prevê que seja em grande medida suportada pelo consumo privado. Noutro dado divulgado no final da última semana, o indicador de confiança dos consumidores da Zona Euro voltou a melhorar em junho, segundo a informação preliminar publicada pela Comissão Europeia. Apesar de permanecer ainda abaixo da média de longo prazo, este indicador avançou em 0,3 pontos percentuais para a marca de -14,0.

Os sinais de fraqueza industrial europeia continuam entretanto a ser seguidos com preocupação pelas principais instituições. A Comissão Europeia pôs já a melhoria das condições para a competitividade entre as principais recomendações aos países no pacote de Primavera do Semestre Europeu, e o tema da política industrial esteve inclusivamente na mesa das discussões do Eurogrupo com o Fundo Monetário Internacional, também na passada semana.

Num momento em que se aprofundam os receios de que a União Europeia esteja a ficar estruturalmente para trás dos blocos norte-americano e chinês, o comissário europeu para a Economia, Paolo Gentiloni, pediu urgência em encontrar soluções de financiamento comum – questão que continua a dividir os 27.

Em meados de julho, o ex-presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi irá apresentar um muito aguardado Relatório para a Competitividade. Entre as linhas defendidas, deverá estar a proposta de alterar as regras de contratação pública europeia para favorecer compras dentro do bloco, a defesa de aumentos de tarifas ou a ideia de promover os controversos "campeões" industriais europeus. ■

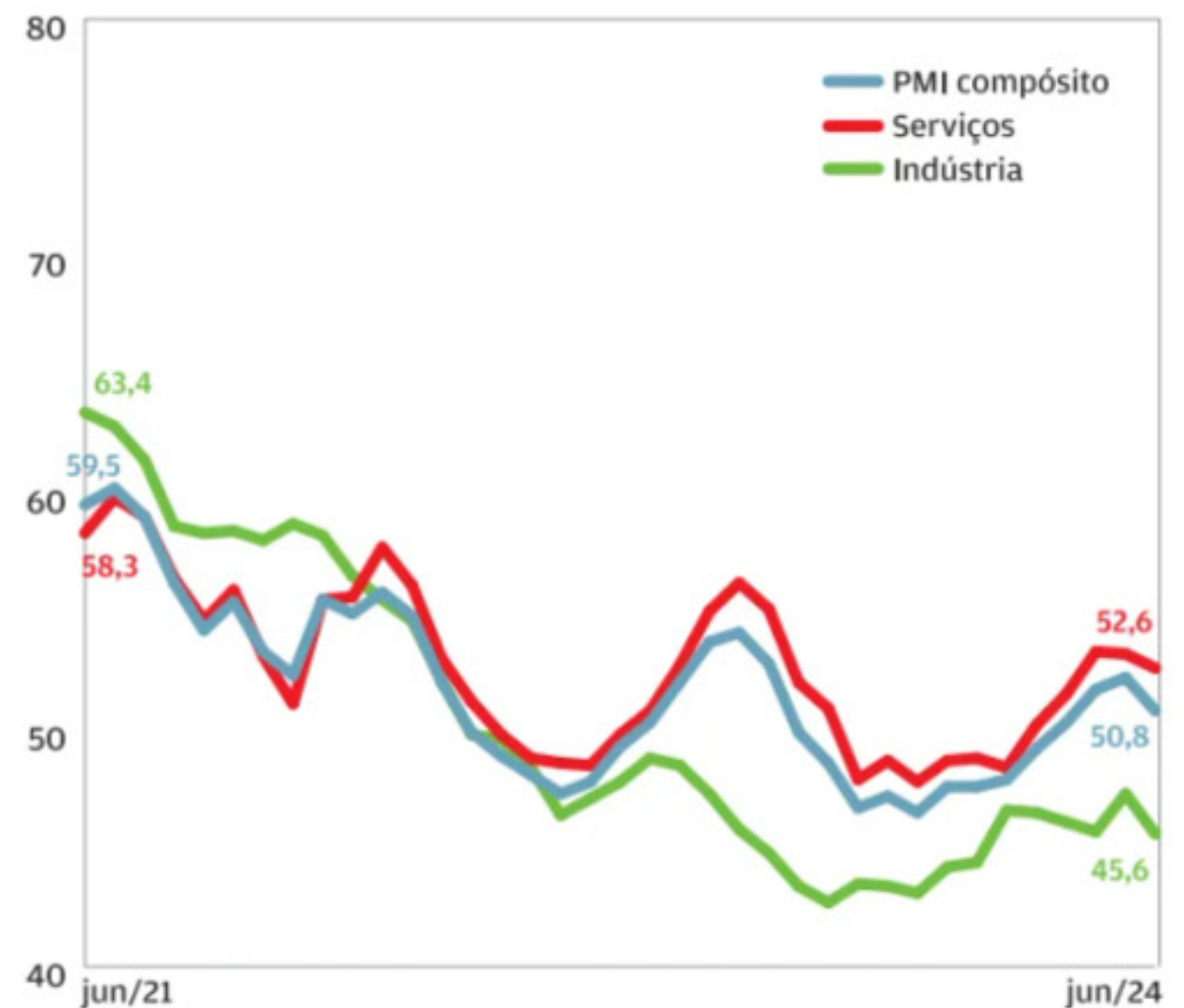
0,2%

PIB

Os índices de gestores de compras apontam para que o ritmo de subida do PIB do euro tenha caído para 0,2% no 2.º trimestre.

ÍNDICES PMI DA ZONA EURO VOLTAM A CAIR

Índices de gestores de compras da Zona Euro, em pontos

Os dados de junho desiludiram face às expectativas de progressos continuados na recuperação da atividade e marcam pela negativa o final da primeira metade deste ano. As piores marcas continuam a ser a da atividade industrial, novamente penalizada por quebras de novas encomendas na Alemanha. A incerteza em França também quebrou setor dos serviços.

Fonte: HCOB/S&P Global

NUMEROLOGIA

2,9%
DEPUTADOS
Os portugueses representam 2,9% do total de deputados que integram o Parlamento Europeu.

49
ANOS
A média de idade dos eurodeputados lusos eleitos para esta nova legislatura é de 49 anos.

8
MULHERES
Portugal elegeu oito mulheres e 13 homens para o PE, uma percentagem em linha com a média da UE.

Portugal só tem um repetente no Parlamento Europeu

São quase todos rostos novos no Parlamento Europeu. À exceção de Lídia Pereira, o contingente de eurodeputados portugueses estreia-se em Bruxelas e Estrasburgo. A grande maioria deverá integrar os grupos políticos que têm formado a "grande coligação" pró-UE composta por PPE, Socialistas e Liberais. Eis alguns atributos do conjunto dos membros lusos do hemiciclo europeu.

VASCO GANDRA
em Bruxelas

Tiago Sousa Dias

Lídia Pereira, do PSD, repete a sua presença no hemiciclo.

Quando a nova legislatura europeia começar oficialmente, a 16 de julho, os 21 eurodeputados portugueses eleitos representarão 2,9% de um total de 720 membros. Um dos aspetos mais relevantes no conjunto dos membros portugueses é que são quase todos estreantes na instituição, tendo alguns partidos apostado não só na renovação dos cabeças de lista mas também dos restantes candidatos. Outros partidos obtiveram representação pela primeira vez. Com a saída para o Governo da AD de quatro eurodeputados do PSD e um do CDS, só a social-democrata Lídia Pereira repete mandato. Por seu turno, o PS operou uma renovação total na lista (sendo que Francisco Assis já foi eurodeputado em outras legislaturas). Já a IL e o Chega elegeram pela primeira vez para o PE. O BE e a CDU conseguiram a eleição dos cabeças de lista (estreantes).

O contingente luso em Bruxelas e Estrasburgo apresenta uma média de idade de 49 anos. Portugal terá mais deputados jovens do que a média comunitária: cerca de 24% (5 eurodeputados) têm menos de 40 anos, enquanto a média da UE é de 20,4%, apurada pelo EU Matrix, organismo de monitorização das instituições europeias. 14,2% dos eleitos portugueses têm mais de 60 anos, o que compara com a média europeia - 19,5%.

Já em relação ao género, os portugueses elegeram oito mulheres (38% do total) e treze homens (62%). Em percentagem, Portugal não desafina da média europeia. Mas na legislatura que agora termina, o país tinha mais eurodeputadas: 47,6%, em abril de 2024.

Portugal "destoa" da Europa

Comparando com alguns Estados-membros onde a extrema-direita ou a direita radical soberanista e anti-imigração consolidaram ou aumentaram representação nas eleições europeias (como em França, Alemanha, Itália, Áustria ou Bélgica), e em alguns casos venceram, em Portugal os partidos pertencentes à habitual "grande coligação" europeísta (PPE, Socialistas e Liberais) continuam a ser largamente maioritários.

O primeiro-ministro referiu isso mesmo aos jornalistas no final do jantar de líderes europeus, na semana passada, durante o qual se discutiram os nomes para os cargos de topo da UE. Luís Montenegro sublinhou que a soma dos mandatos da AD, PS e IL (17 deputados em 21) faz Portugal "destoar" da Europa porquanto "o nível relativo de partidos com posições moderadas e construtivas pró-Europa é praticamente inigualável", notando que os extremos elegeram quatro deputados (ao contrário de outros Estados-membros).

Que grupos políticos vão integrar?

A esmagadora maioria do contingente português vai integrar um dos três partidos do arco da governação pró-UE. Os oito deputados do PS vão sentar-se na bancada do grupo dos Socialistas e Democratas, a segunda maior do hemiciclo europeu (136 deputados). Os sete parlamentares da AD vão integrar o grupo mais numeroso do Parlamento, o Partido Popular Europeu (190). Os dois eleitos da IL estarão no grupo centrista e liberal Renew (81). O grupo Identidade e Democracia (58) deverá acolher os dois parlamentares do Chega. Os deputados do BE e CDU irão integrar a bancada A Esquerda (39). ■

Cofinanciado pela União Europeia

Programa Europa Viva. Domingo, às 11h25, na CMTV. Conteúdos podem ser consultados em Europa Viva, no site do Negócios

APRESENTADO POR

IPG MEDIABRANDS

O **Media Trends: What's Next?** é uma iniciativa que tem como objetivo dar a conhecer e a debater as principais tendências de media, explorando o que está por vir.

Entre janeiro e junho, desafiamos **5 agências de meios** em Portugal a dar a sua perspetiva sobre as tendências do mercado de media para 2024.

Saiba quais são as tendências da EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO apresentadas pela Mediabrands.

27 JUNHO | 10H00

10h00 | Boas Vindas
Luís Ferreira, Diretor Geral Comercial, Medialivre

10h05 | Eficácia da Comunicação Desafios para as marcas
Ana Rita Cardoso, Chief Strategy Officer, IPG Mediabrands
Rui Freire, Managing Director, Initiative

10h35 | Desafios da Eficácia
Alberto Rui, CEO, IPG Mediabrands
António Roquette, CEO, UZINA
Pedro Lobato, Head of Brand Strategy, GALP
Rita Tomé, Head of Branding, Cofidis
Teresa Burnay, Business Unit Director, Media Director Unilever

Moderação: Marta Rangel

11h35 | Fim

Assista em negocios.pt

Saiba mais em mediatrends.negocios.pt

APOIO

negocios

EMPRESAS

INDÚSTRIA

Fabricante de Santo Tirso implicada por "dumping" nos EUA

Sacos de papel da Finieco passam a "carregar" uma taxa de 6,14% à entrada dos EUA. Trata-se da primeira ação norte-americana por "dumping" em quase uma década a visar produtos "made in" Portugal.

DIANA DO MAR*
dianamar@negocios.pt
PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

O Departamento do Comércio norte-americano decidiu impor um depósito em dinheiro às importações de determinados sacos de papel da empresa portuguesa Finieco, depois de ter concluído que estão a ser vendidos a um preço inferior ao praticado no mercado dos Estados Unidos.

À luz da decisão, publicada no final de maio, os importadores norte-americanos das soluções de embalagem comercial e alimentar em papel, produzidas em Santo Tirso, vão ter de entregar à alfândega uma percentagem calculada com base no valor das suas futuras compras.

Na sequência da investigação "antidumping", aberta em junho do ano passado, respeitante ao período de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023, as autoridades dos Estados Unidos definiram a taxa a pagar em 6,14%. Tal significa, na prática, que os importadores vão ter de desembolsar mais 1,19 milhões de dólares norte-americanos, contas feitas com base nos dados de 2022, o último ano completo, em que as importações totalizaram 19,48 milhões de dólares. Essa taxa resulta de uma estimativa, podendo as responsabilidades finais de um importador ser superiores ou inferiores aos depósitos em dinheiro pagos no momento da importação, além de que a mesma é passível de ser alterada durante as revisões administrativas anuais do Departamento do Comércio.

A investigação e, posterior, penalização por parte do Departamento do Comércio norte-americano abrange determinados sacos de papel de Portugal, neste caso, da Finieco, assim como os procedentes de outros oito países (Camboja, China, Colômbia, Índia, Malásia, Taiwan e Vietname e Turquia).

O Negócios contactou a Finieco para perceber o impacto que a sanção pode ter, considerando que exporta mais de 80% da sua produção de soluções de "packaging" comercial e alimentar em papel, mas a empresa detida em 50% pelo grupo alemão Papier-Mettler declinou comentar.

Dois milhões de sacos/dia

Fundada em 1998, por quatro jovens empreendedores, quando não havia produção automática de sacos de papel em Portugal, a Finieco reclama hoje o título de "um dos principais produtores europeus" – produz diariamente mais de 2 milhões de sacos – estando presente, além de Portugal, em mercados como Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça ou Áustria, segundo as informações disponibilizadas no seu "site".

Este ano, aliás, foi uma das 12 empresas distinguidas com o prémio de excelência empresarial em 2023, atribuídos pela Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel (Apigraf), arrecadando a prata na categoria de grandes empresas, depois de na edição anterior ter conquistando o ouro.

Dados facultados ao Negócios pela consultora Informa D&B indicam que a Finieco registou em 2022 uma faturação na ordem dos 66 milhões de euros, empregando cerca de 250 funcionários. Segundo os mesmos dados, as vendas ao exterior representaram mais de 80% do volume de negócios, com o mercado extracomunitário a pesar sensivelmente um terço no total.

Oficialmente denominada Finieco – Indústria e comércio de embalagens era detida, no final desse ano, pela Papier-Mettler (Luxemburgo) e pela Fingenial I (sem atividade comercial), ambas com 50% do capital, mas mantém fundadores portugueses como gestores da empresa.

Segundo informação obtida pelo Negócios junto da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, a Finieco figura apenas como a segunda empresa portuguesa a ser visada nos Estados Unidos por "dumping" desde pelo menos 2016, ano em que a Navigator foi alvo de sanção por causa do papel não revestido (UWF). A papeleira contestou nos tribunais, onde obteve algumas vitórias, mas está sujeita a taxas "antidumping" desde então. ■

*COM **VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA**

19

IMPORTAÇÕES
As importações de sacos de papel da Finieco pelos Estados Unidos totalizaram 19,48 milhões de dólares em 2022.

66

FATURAÇÃO
A Finieco registou em 2022 uma faturação na ordem dos 66 milhões de euros, empregando cerca de 250 funcionários.

A Finieco, que tem sede em Santo

Paulo Duarte

Tirso, exporta 80% do que produz.

BANCA

BPI vendeu carteiras de malparado de 336 milhões em dois anos

Instituição financeira detida pelo Caixabank concluiu a terceira venda de créditos improdutivos desde 2022.

O BPI vendeu um total de 336 milhões de euros em carteiras de crédito malparado desde 2022. O valor foi atingido após a alienação, comunicada na sexta-feira, de mais um volume de crédito improdutivo.

"O BPI concluiu, através de um processo competitivo, a venda de uma carteira de créditos improdutivos, com um valor bruto total próximo de 73 milhões de euros", lê-se no documento.

Os empréstimos NPL (sigla para a expressão inglesa "Non-Performing Loans") foram alienados a um fundo de crédito gerido por uma sociedade sediada no Reino Unido "e inclui posições com e sem garantias reais hipotecárias, envolvendo cerca de 18.200 contratos de crédito e 4.700 clientes".

A operação é a terceira desde género desde 2022. A 29 de setembro desse ano, a instituição financeira detida pelos espanhóis do Caixabank comunicou a venda de uma carteira de créditos NPL do "Projeto Citron", que incluiu empréstimos improdutivos no valor global de cerca de 140 milhões de euros, correspondentes a cerca de 15.000 contratos de créditos de cerca de 5.000 clientes. O comprador foi um conjunto de fundos geridos pela LX Investment Partners.

Já em outubro de 2023, o banco liderado por João Pedro Oliveira e Costa concluiu a venda, por cerca de 123 milhões de euros, de uma coleção de 46.000 contratos e cerca de 17.000 clientes a fundos de uma gestora de ativos norte-americana.

No final do primeiro trimestre, o rácio de exposições não produtivas do BPI era de 1,6%, com uma cobertura por imparidades e colaterais de 151%.

O rácio de NPL nos critérios da Autoridade Bancária Europeia estava nos 2%.

No primeiro trimestre, o lucro consolidado atingiu 121 milhões de euros, mais 43% do que no período homólogo. A atividade em Portugal contribuiu com 112 milhões, numa subida de 52% face aos primeiros três meses do ano anterior. ■

HUGO NEUTEL

73

VENDA
Na sexta-feira, o banco comunicou a primeira venda de 2024, no valor de 73 milhões de euros.

3

MALPARADO
Ao ritmo de uma operação por ano, esta foi a terceira venda de carteiras de NPL desde 2022.

SAÚDE

Angelini cresce em Portugal, mas está "frustrada" com atrasos

A demora no acesso de pacientes a medicamentos inovadores é o maior problema para a farmacêutica italiana em Portugal. Na Europa, só a Roménia demorou mais a distribuir o novo produto da Angelini para a epilepsia. Faturação chega aos 50 milhões no país.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Miguel Baltazar

A luso-americana Olga Ínsua lidera a Angelini Pharma em Portugal.

"Onde eu me sinto mais frustrada, às vezes, é mesmo no acesso aos medicamentos, no tempo que demora para que um produto inovador chegue ao mercado português", afirma ao Negócios Olga Ínsua, diretora-geral da Angelini Pharma para Portugal e Espanha.

Tendo em conta todos os medicamentos inovadores no mercado, entre a autorização para comercializar e a disponibilidade para os pacientes, o acesso demorou, em média, 702 dias em Portugal, ou seja, cerca de 23 meses, no período entre 2018 e 2021. O que contrasta com os números da União Europeia de 517 dias – seis meses a menos. Pior entre os 27 apenas a Bulgária, mas por muito pouco (705 dias), a Polónia (827), a Roménia (918) e Malta (1.351). E os dados da Federação Europeia das Indústrias e Associações Farmacêuticas, que foram conhecidos em abril, mostram, na verdade, que a situação até piorou no país face ao relatório do ano anterior (tinham sido 676 dias entre 2017 e 2020).

Ressalvando que trabalha "muito bem" com o Infarmed, com o qual tem "comunicação fluida", Olga Ínsua considera que é uma questão de sustentabilidade financeira: "Tentamos, como indústria, ter um equilíbrio entre trazer a inovação aos pacientes o mais rápido possível e fazê-lo também de forma sustentável, tanto para a empresa como para o Serviço Nacional de Saúde. Isso leva a negociações, demora muito tempo", lamenta.

"É complicado. É mais complicado aqui do que em Espanha. O sistema espanhol é mais disperso, porque tem as comunidades autónomas, mas aqui é muito prolongado", acrescenta a gestora luso-americana.

O mais recente caso da Angelini Pharma é um medicamento para a epilepsia que acabou por chegar ao mercado português em março. "Somos o penúltimo país na Europa em que é lançado. Só falta a Roménia", sublinha. "Para os doentes não é o melhor, quando há um produto que realmente pode marcar a diferença, que mostra já noutros países que está a ter resultado clínico. Mas não é só o resultado clínico: tem claros benefícios económicos, porque as pessoas estão a poder voltar ao trabalho e estão a ter menos incidências de hospitalização", defende. "Não acho que seja por falta de vontade, mas é onde temos que pôr os nossos esforços, como ecossistema, para podermos agilizar o processo".

Faturação em crescimento

Especializada em depressão, epilepsia e suplementos alimentares, entre outros, a farmacêutica faturou no ano passado em Portugal mais 3%, para 50 milhões de euros, perspetivando uma subida a dois dígitos para este ano, já à boleia do novo produto para a epilepsia. "Isto vai mesmo impulsionar um crescimento" da empresa no país, acredita Olga Ínsua.

E qual é o mercado potencial do novo medicamento? "É impossível dizer quantas pessoas é que há" com epilepsia, responde a diretora-geral. Só há estimativas: algures "entre 8 e 15 mil" pacientes. Uma falha de informa-

ção que levou a Angelini Pharma a patrocinar um estudo epidemiológico da Liga Portuguesa Contra a Epilepsia.

Olga Ínsua quer ainda que Portugal participe nos ensaios clínicos do grupo. "Uma das filiais prioritárias é sempre Espanha, tem sempre representação nos estudos clínicos. Isto põe-nos em desvantagem quando vamos a lançar um produto", indica a gestora, que diz estar a "fazer campanha com o departamento médico" da empresa para que Portugal seja incluído.

Parte dos planos da farmacêutica no país passa ainda por ajudar a constituir uma associação de doentes. "Os pacientes aqui, especialmente na epilepsia, não têm voz. Nem na epilepsia, nem na depressão, não estão organizados, não podem advogar pelos seus interesses. Então, uma parte do investimento que vamos fazer aqui é para apoiar, em conjunto com as entidades públicas, a estabelecer uma associação de pacientes", que seria independente da Angelini, garante.

Indústria em Portugal? Agora, há mais abertura

A farmacêutica da Angelini Industries, que tem produção em Itália, Espanha e Estados Unidos, não tem presença industrial em Portugal e, "neste momento não há planos" nesse sentido. No entanto, "com a mudança da liderança, estão a ser mais abertos", constata Olga Ínsua. "Acho que, há um ano, se me perguntassem se nunca vai haver industrialização em Portugal, eu diria nunca. Agora, não digo que sim, mas também não digo que não. Porque se temos um 'business case', se temos uma oportunidade, pelo menos agora já estão abertos a explorar. E isso dá esperança". ■

"Nós tentamos ter um equilíbrio entre trazer a inovação aos pacientes o mais rápido possível e fazê-lo de forma sustentável (...) Isso leva a negociações, demora muito tempo.

Não acho que seja por falta de vontade, mas é onde temos de pôr os nossos esforços, como ecossistema, para podermos agilizar o processo."

OLGA ÍNSUA
Diretora-geral da Angelini Pharma em Portugal

50

FATURAÇÃO
A Angelini teve uma faturação de 50 milhões de euros no ano passado, uma subida de 3% face ao ano anterior.

AGRICULTURA

Investigação chinesa a carne de porco da UE "preocupa" setor

A Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores receia que as exportações para o seu terceiro maior mercado saiam beliscadas.

Pedro Catarino

Há 8 empresas nacionais que podem vender carne de porco para a China.

A investigação anunciada por Pequim à alegada prática de "dumping" na importação de carne de porco da União Europeia (UE) foi recebida com apreensão em Portugal, considerando que a China figura como terceiro maior mercado das exportações nacionais. "O impacto desta investigação – que é um pouco artificial por ser apenas uma represália pela decisão da UE de colocar taxas aduaneiras aos carros elétricos chineses – preocupa-nos bastante", diz o secretário-geral da Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS), João Bastos, ao Negócios.

Desde logo pelo impacto direto, dado que a China é o segundo maior mercado extracomunitário das exportações de carne de porco (excluindo miudezas), a seguir a Angola, e o terceiro a nível global, ou seja, se contarmos com as vendas dentro do bloco dos 27, das quais "99%" com destino a Espanha, mas também pelos potenciais efeitos colaterais que pode desencadear. "A China é o principal mercado de exportação da UE, pelo que, indiretamente, a verificar-se a aplicação de taxas, terá impactos muitos grandes em termos de sobrecarga do mercado, ou seja, de excedentes de carne de porco que deixarão de ser exportados", explica o secretário-geral da FPAS.

Portugal começou em 2019 a exportar carne de porco (excluindo miudezas) para a China, que passou a ser "imediatamente" o principal país de exportação, com 58 milhões de euros. Para se ter uma ideia da escala: em 2023 esse foi o valor total das vendas de carne de porco portuguesa para países fora da UE (as quais pesam 40%), assinala João Bastos. "A China funciona muito com 'stocks' estratégicos e, em 2019, tinham reservas muito em baixo". Portugal beneficiou das compras, mas nos anos que se seguiram caiu para terceiro maior destino das exportações, com 7,5 milhões de euros.

Portugal iniciou exportações de carne de porco para a China em 2019.

Essa queda, diz o mesmo responsável, explica-se, por um lado, com a pandemia, os confinamentos que impôs e uma consequente retração do consumo de carne de porco, mas também com a perda de terreno da Europa para países como os Estados Unidos ou o Brasil que "passaram a ser mais competitivos".

Atualmente, segundo João Bastos, existem oito matadouros/empresas com autorização de Pequim para exportar carne de porco (excluindo miudezas) para a China, as quais, muitas vezes, o fazem em consórcio para ganharem alguma escala. ■

DIANA DO MAR

Inovação "garante" futuro da indústria de consumo e retalho

As rápidas mudanças e perturbações no mercado, associadas às exigências dos consumidores, cada vez mais sofisticadas e diversificadas, podem criar um ambiente de risco para a gestão que opta por uma abordagem de "esperar para ver" em relação à adoção de novas tecnologias.

SUSANA MARVÃO

Trabalhadora em armazém com tecnologia futurista faz inventário.

Alimentado pelo investimento em inovação e evolução da tecnologia, o setor de produtos de consumo e retalho (CP&R) está e continuará a transformar-se muito para além das limitações tradicionais, a um ritmo que as partes interessadas exigem há anos, defende Cordry Johns, parter na EY. "O estado do mercado recompensará aqueles que melhorarem proativamente as capacidades digitais, e aqueles que não o fizerem ficarão cada vez mais atrás da concorrência", esclarece.

A EY identifica quatro tendências tecnológicas fundamentais em evolução que estão a ajudar a reimaginar a indústria. Desde o desbloqueio de oportunidades de crescimento até ao reforço da excelência organizacional, estas tecnologias são consideradas pela consultora como "capacidades críticas" para se tornarem verdadeiramente "centradas no consumidor" e criarem valor a longo prazo. "As empresas de CP&R que procuram prosperar devem considerar a possibilidade de tirar partido destas tecnologias em relação a objetivos estratégicos no atendimento direto aos consumidores e em todas as atividades de apoio intermédias e retaguarda da empresa, para aumentar as operações e manter-se à frente da concorrência em termos de experiência do consumidor, inovação e fidelização".

AI e aprendizagem automática, obviamente

A inteligência artificial e a aprendizagem automática (IA/ML), a par das tecnologias de microcomputação, não poderiam deixar de ser citadas como cruciais para alcançar o objetivo de obter experiências personalizadas e cadeias de abastecimento eficientes, fundamentais para ser bem sucedido no mercado. Estas tecnologias permitem a ingestão de dados em tempo real e a ação nas interações com os clientes, possibilitando que as empresas compreendam as preferências dos consumidores a um nível granular e mesmo hiper-local, conduzindo a um aumento das vendas e da rentabilidade, do envolvimento e da fidelidade à marca e a esforços simplificados da cadeia de abastecimento.

A EY classifica ainda a IA generativa como "de enorme importância na CP&R pela sua capacidade de promover a inovação na criação de conteúdos e no desenvolvimento de produtos". Ao aproveitar o poder da GenAI, a consultora advoga que as empresas podem produzir conteúdos novos e cativantes, chegar ao mercado com rapidez e criar modelos rápidos de envolvimento do cliente. "A GenAI ainda está na sua fase inicial, tal como as suas aplicações na CP&R, mas já é evidente que as possibilidades são infinitas".

A sugestão é que as empresas de CP&R considerem a integração da GenAI nas operações de forma mais alargada em toda a cadeia de valor. "As organizações que encontrem os casos de utilização mais apropriados e os implementarem em grande escala irão impulsionar a agilidade operacional que as partes interessadas do setor esperam há anos. Será fundamental repensar a forma como o talento e a afetação de capital podem ser reposicionados

GettyImages

Conceito de tecnologia de realidade aumentada utilizada em loja de retalho.

GettyImages

para melhor gerar valor quando o conteúdo e a inovação puderem estar disponíveis num abrir e fechar de olhos", descreve a consultora.

Gémeos digitais e análise preditiva para tomada de decisões

A tecnologia de gémeos digitais e a análise preditiva desempenham um papel fundamental na revolução das operações de CP&R, diz a EY, até pelo facto de facilitarem a agilidade e oferecem uma visão abrangente dos ciclos de vida dos produtos, das cadeias de abastecimento e dos processos de fabrico. "Os gémeos digitais e a análise preditiva não são novas na CP&R, mas as aplicações para a sua utilização estão a tornar-se mais robustas". A consultora acredita que à medida que o setor CP&R se torna cada vez mais ligado e complexo digitalmente, impulsionado pela proliferação de software e pela Internet das Coisas (IoT), as empresas devem expandir a sua utilização de gémeos digitais a uma gama mais vasta da cadeia de valor. "Esta abordagem permitirá uma resposta mais proactiva às perturbações e às mudanças do mercado, transformando estas ferramentas num meio para uma empresa verdadeiramente dinâmica, desde o front office até ao back office".

Ainda a nuvem

Por último, a EY fala em atualizações da nuvem e do ERP – Enterprise Resource Planning – para eficiência e escalabilidade. Com a iminência de atualizações dos ERP até 2025, a modernização "é fundamental para a integração de capacidades tecnológicas em evolução". Já a computação em nuvem, ao fornece armazenamento de dados e capacidade de computação a pedido, "é essencial para suportar e dimensionar estas novas tecnologias". Assim, a EY advoga que os executivos da CP&R devem considerar estas aplicações para obter o máximo valor das atualizações de cloud e do ERP. "As empresas têm de analisar os seus sistemas de transação antigos e racionalizar a forma de os modernizar para criar eficiências, quer integrando tecnologia evolutiva que torne os seus sistemas mais utilizáveis, quer atualizando os sistemas de transação antigos para acompanharem a sua infraestrutura de front-end".

Assim, torna-se imperativo reconhecer que o verdadeiro poder e valor por detrás de um cenário digital em evolução não reside apenas nas tecnologias em si, mas na forma como as empresas as integram e orquestram estrategicamente nas suas operações e iniciativas estratégicas.

Da inovação à sustentabilidade

Na perspetiva da consultora Stratesys, as tendências que moldam o futuro do setor do consumo passam pela inovação e sustentabilidade e, em linha com as outras consultoras, a gestão de dados no seu sentido mais amplo. Tendências que no entender da consultora estratégica e tecnológica, ajudam a redefinir a forma como as empresas interagem com os consumidores e gerem as suas operações.

Num ambiente onde a definição de produto pode mudar várias vezes num ano, a capacidade para inovar constantemente é essencial. A Stratesys destaca a necessidade de conseguir transformar insights de mercado em produtos e serviços inovadores de forma ágil e eficiente, investindo em pesquisa e desenvolvimento, de modo a responder às necessidades dos consumidores, que estão em constante evolução, aumentando assim as taxas de sucesso de novos lançamentos.

Com a procura por produtos que correspondam a uma política ecológica correta e ambientalmente responsável a aumentar, a consultora enfatiza a importância de cumprir as regulamentações e metas ESG, reduzir a pegada de carbono e adotar práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor, desde o início do projeto à distribuição, de forma transparente, evidenciando a sua medição, monitorização e rastreabilidade. "A redução do consumo de recursos e do desperdício é uma das formas de promover a sustentabilidade, revestindo-se de particular importância a implementação de modelos de negócio circulares, o incentivo à responsabilidade do consumidor e promoção da reutilização e reciclagem em toda a cadeia de distribuição, desde a produção à venda do produto".

Tecnologias que criam valor

Também a Stratesys, tal como a EY e demais consultoras, aponta a adoção de tecnologias como inteligência artificial, IoT, RPA, reconhecimento de imagens para melhorar a eficiência e rastreabilidade. "O uso de inteligência artificial e outras novas tecnologias têm vindo a revolucionar a forma como as empresas trabalham". Com isso, os especialistas da Stratesys destacam a importância de experimentar essas tecnologias de modo a criar valor, otimizando processos e melhorando a excelência operacional da produção.

A consultora aborda ainda o grande desafio que é obter dados relevantes, corretos, concretos, suficientes e disponíveis a tempo, de modo a serem produtivos. Isto, sem descurar a proteção e a segurança dos mesmos. Para isso, dizem ser necessário abordar a análise de forma holística, muitas vezes utilizando soluções cloud, colocando particular foco na gestão dw dados, e utilizando tecnologias de big data, que devem ser acompanhadas de metodologias de qualidade e tratamento de dados para obter relatórios operacionais e dashboards. Advanced analytics, IA, ML, permitem a integração de algoritmos que podem encontrar padrões e tendências ocultos, simular futuros cenários e probabilidades.

Para os especialistas da EY, Stratesys e de várias consultoras e analistas, o futuro ainda não pode propriamente ser previsto, mas é altamente previsível para aquelas empresas que investem em inovação, sustentabilidade e gestão de dados. ■

O futuro ainda não pode propriamente ser previsto, mas ~ é altamente previsível para aquelas empresas que investem em inovação, sustentabilidade e gestão de dados.

No cenário dinâmico da indústria de produtos de consumo e retalho é crucial estar um passo à frente das tendências.

Hélder Rosalino, administrador do Banco de Portugal com o pelouro dos pagamentos, espera mais segurança nas transferências bancárias.

PAGAMENTOS

BdP vê fim de comissões para transferir em janeiro

A entrada em vigor, a 9 de janeiro de 2025, de um regulamento europeu que obriga a que as transferências imediatas passem a ter o mesmo custo do que as transferências a crédito poderá ser o ponto de viragem para que os bancos deixem de cobrar por este serviço.

DIOGO MENDO FERNANDES
diogofernandes@negocios.pt

O Banco de Portugal espera que a partir de janeiro do próximo ano os bancos deixem de cobrar comissões nas transferências. Uma expectativa que foi transmitida pelo administrador com o pelouro dos pagamentos, Hélder Rosalino, em entrevista ao Negócios.

O novo regulamento da União Europeia (UE), que entra em vigor a 9 de janeiro de 2025, torna obrigatório que as transferências imediatas tenham o mesmo custo que as transferências a crédito (ou seja, as que demoram 24 horas). Dado que atualmente a maioria dos bancos não cobra nas transferências a crédito, a expectativa do supervisor é que as instituições financeiras alarguem essa gratuitidade a qualquer tipo.

Regulamento da UE para 2025 vai obrigar a que transferências a crédito e imediatas custem o mesmo.

"A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu entendem, tal como nós [Banco de Portugal], que temos que evoluir das transferências a crédito para as transferências imediatas, porque hoje vivemos num mundo digital, em que as coisas devem acontecer de forma imediata", explica o administrador com o pelouro dos pagamentos dentro do BdP.

"A ideia é que não se pode discriminar negativamente as transferências imediatas, não se pode cobrar mais pelas transferências imediatas do que se cobra pelas transferências a crédito", sumariza Hélder Rosalino.

Transferir só com o número de telemóvel já é possível

Em antecipação da entrada em vigor desta regulação europeia, passa também a estar disponível esta segunda-feira (e a ser obrigatório a partir de 16 de setembro) o sistema SPIN. Este permite aos utilizadores de serviços de pagamentos iniciarem transferências, a crédito e imediatas, através do núme-

Pedro Catarino

ro de telemóvel ou do número de identificação de pessoa coletiva (NIPC), sem ser necessário o IBAN.

Este novo sistema – que custou 614 mil euros ao BdP – vai juntar-se a um outro, que se chama "confirmação do beneficiário", disponível desde maio e que já foi usado em 11 milhões de transferências, que permite, recorrendo ao número de telemóvel ou IBAN saber o nome da pessoa a quem se está a realizar a transferência. Os dois sistemas que em conjunto "oferecem enormes vantagens", descreve Hélder Rosalino.

A primeira vantagem que o responsável do Banco de Portugal indica é a de "reforçar significativamente a segurança", dado que passa a ser possível identificar, seja através do IBAN ou do número de telemóvel o destinatário. "Todas aquelas fraudes ligadas a mecanismos de engenharia social – 'olá mãe, olá pai' – tendem a ser mais facilmente combatidas na medida em que nós vamos passar a saber quem é que são os beneficiários", exemplifica.

É também mais "abrangente" do que a solução privada que existe, por exemplo. Uma vez que, ao contrário do Mbway, da SIBS, é possível recorrer ao sistema não só através da aplicação do banco ou do sistema de "homebanking", mas também ao balcão. De igual forma não é necessário ter um cartão, basta a conta, e também não existem limites de transferências.

Vai ser possível usar o SPIN tanto em transferências imediatas como a crédito, sendo que nada se altera, incluindo os custos, que continuam a depender diretamente de cada banco, além do "processo de inicialização", como explicou na conferência de imprensa de apresentação na passada sexta-feira, Tereza Cavaco, diretora do departamento de sistemas de pagamentos do BdP.

Além disso, as contas podem ter mais do que um número de telemóvel associado ao mesmo IBAN, conforme o número de titulares da conta. É apenas necessário associar manualmente o identificador – o número de telemóvel ou o NIPC – ao IBAN. ■

A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu entendem, como nós [Banco de Portugal], que temos que evoluir das transferências a crédito para as transferências imediatas, porque hoje vivemos num mundo digital, em que as coisas devem acontecer de forma imediata.

A ideia [com o novo regulamento da União Europeia] é que não se pode discriminar negativamente as transferências imediatas, não se pode cobrar mais pelas transferências imediatas do que se cobra pelas transferências a crédito.

Todas aquelas fraudes ligadas a mecanismos de engenharia social – olá mãe, olá pai – tendem a ser mais facilmente combatidas na medida em que nós vamos passar a saber quem é que são os beneficiários

HÉLDER ROSALINO
Administrador do Banco de Portugal

Banca preparada para transferências só com número de telemóvel

Os clientes do BPI vão ter já hoje acesso à nova funcionalidade. No Santander está marcado para 8 de julho e na CGD para a segunda quinzena desse mês.

Os maiores bancos a operar em Portugal estão prontos para implementar o SPIN. Este é o novo sistema gratuito de pagamentos disponibilizado pelo Banco de Portugal que permite aos utilizadores de serviços de pagamentos realizarem transferências indicando apenas o número de telemóvel, ou o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC). A ferramenta passa a estar disponível a partir desta segunda-feira e é obrigatória a partir de 16 de setembro, mas há instituições financeiras a anteciparem-se a esta data.

São 14 as instituições que vão já disponibilizar o novo sistema a partir de hoje, um valor que fica ligeiramente acima de 30% do total de bancos e instituições de pagamentos obrigadas a implementar o SPIN, segundo revelou na passada sexta-feira Tereza Cavaco, diretora do departamento de sistemas de pagamentos do BdP na conferência de imprensa de apresentação da ferramenta.

Entre as cinco maiores instituições financeiras nacionais, o BPI disponibiliza esta segunda-feira e o BCP garante que "será seguramente um dos primeiros bancos a disponibilizar estas funcionalidades aos seus clientes", segundo fonte oficial dos dois bancos.

Com uma data fixa, o Santander Portugal vai adotar a 8 de julho e o banco público, a Caixa Geral de Depósitos, aponta para a segunda quinzena de julho. Contactado pelo Negócios, o Novo Banco não quis revelar quando entrará em vigor o sistema.

"Os bancos estão prontos. Tiveram uma excelente colaboração connosco na preparação deste projeto, que evidentemente teve uma base no BdP – o Banco de Portugal desenvolveu a solução -, mas ela vai ser disponibilizada pelos bancos e, portanto, têm que integrar esta solução nas suas plataformas, nos seus 'homebankings', nas suas 'apps', explica ao Negócios Hélder Rosalino, administrador do Banco de Portugal.

Acrescenta que parte deste "entusiasmo" está relacionado com um interesse específico "porque as fraudes afetam também o sistema bancário, por isso, mecanismos que aumentam a segurança, a conveniência, a usabilidade, são soluções que os bancos recebem bastante bem". ■ DMF

14
FINANCEIRAS
Pouco mais de 30% das instituições financeiras permitem, a partir de hoje, transferências através do número de telemóvel.

Quatro dos cinco maiores bancos em Portugal pretendem implementar o SPIN antes de setembro.

Do Chile ao Japão: umas férias ao sabor do câmbio

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt
RUBEN SARMENTO
Infografia

A recente desvalorização da moeda única está a tornar as férias dos europeus mais caras em muitos destinos. Mas, comparando com o ano passado, há vários casos em que a viagem tem um "bónus cambial".

Visitar os templos de Quioto, cirandar pelo mercado Nishiki ou explorar a noite de Tóquio não deixará de ser uma experiência que exige fôlego financeiro mas, comparando com o mesmo período do ano passado, esta é uma fase em que o câmbio está a ser amigo dos viajantes portugueses que queiram conhecer o Japão.

E a análise da consultora Ebury para o Negócios permite concluir que está longe de ser caso único, apesar do contexto genericamente mais desafiante para quem paga em euros.

A verdade é que a moeda única não tem tido vida fácil. Depois de dois anos horríveis em 2021 e 2022 (com perdas de 6,93% e 5,85% contra o dólar, respetivamente), até recuperou parte da queda em 2023 (3,12%), mas arranca 2024 novamente a fazer má figura face à moeda americana (-1,73% desde o início do ano até 20 de junho).

O euro é prejudicado agora pelas nuvens em torno das eleições antecipadas em França, retirando poder de compra aos turistas portugueses e da Zona Euro em vários pontos do globo.

O Japão e o Chile são destinos a ter em conta para quem queira aproveitar o momento cambial. E não será a melhor altura para visitar a Colômbia ou a África do Sul.

Ainda assim, há destinos, como o Japão, que estão mais baratos do que há um ano, segundo a análise da Ebury. No caso do iene, tendo ainda em conta a inflação das duas economias, há um desconto de cerca de 6% na comparação com o ano passado.

Outro caso – ainda mais favorável – é o do Chile, porque conhecer Santiago, visitar Valparaíso e dar à perna em Torres del Paine é hoje bem mais favorável (em 11% na comparação com 2023).

Ainda entre países da América Latina, também as viagens até ao Brasil, habitual destino de milhares de portugueses, dão ganhos cambiais por estes dias face ao período homólogo. E na Ásia, é a Tailândia que merece destaque, levando em conta que apresenta uma das inflações mais baixas do mundo.

Do outro lado da moeda, não faltam exemplos de países em que a comparação com o ano passado é desfavorável para os turistas da Zona Euro, a começar pela vizinhança, como Reino Unido, Polónia ou Islândia.

É ainda o caso, no outro lado do Atlântico, dos Estados Unidos e, sobretudo, da Colômbia; da Índia (com uma das inflações mais elevadas em território asiático) e da África do Sul. ■

DESTINOS COM "DESCONTO CAMBIAL" E OUTROS QUE SÃO PENALIZADOS PELO CÂMBIO E A INFLAÇÃO

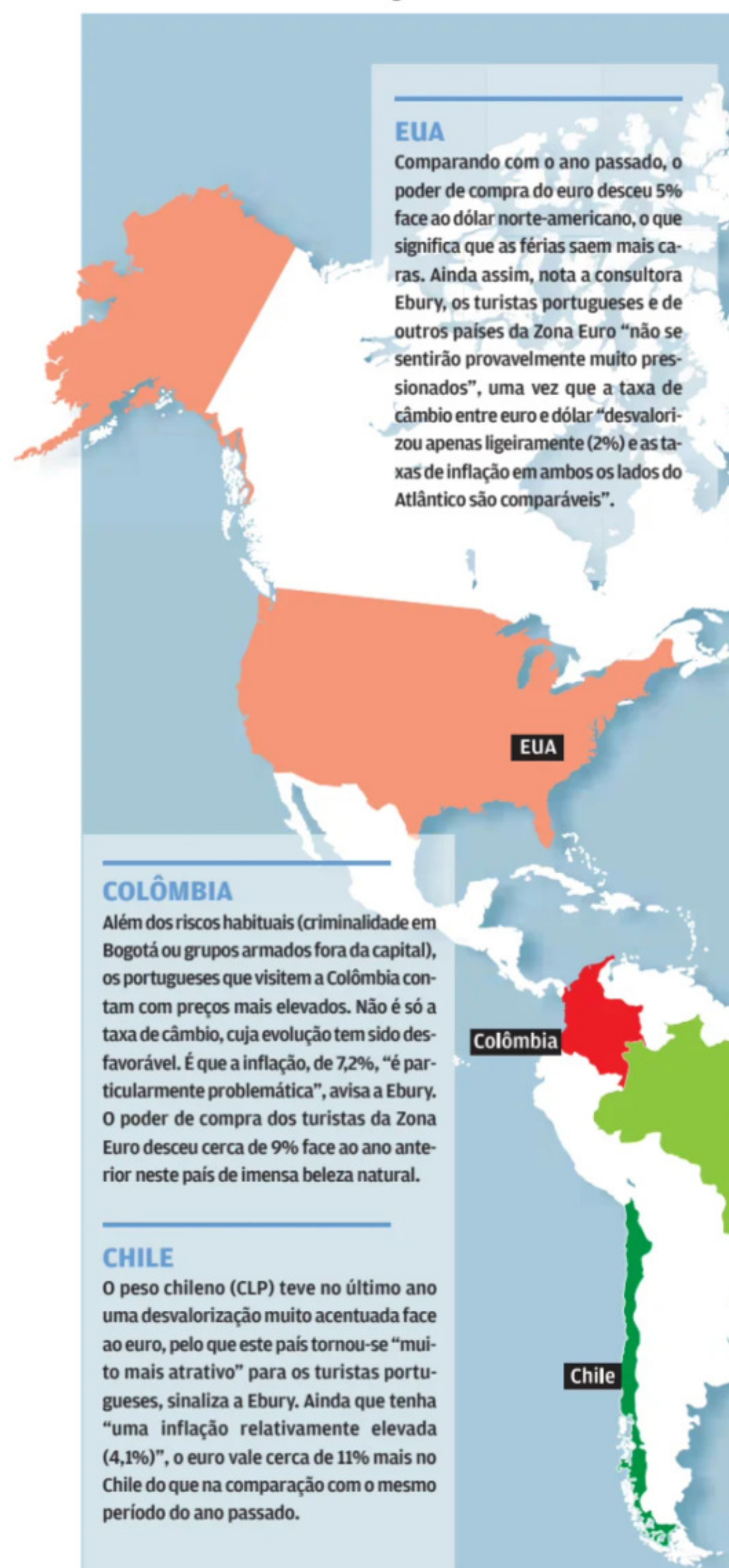
EUA

Comparando com o ano passado, o poder de compra do euro desceu 5% face ao dólar norte-americano, o que significa que as férias saem mais caras. Ainda assim, nota a consultora Ebury, os turistas portugueses e de outros países da Zona Euro "não se sentirão provavelmente muito pressionados", uma vez que a taxa de câmbio entre euro e dólar "desvalorizou apenas ligeiramente (2%) e as taxas de inflação em ambos os lados do Atlântico são comparáveis".

COLÔMBIA

Além dos riscos habituais (criminalidade em Bogotá ou grupos armados fora da capital), os portugueses que visitem a Colômbia contam com preços mais elevados. Não é só a taxa de câmbio, cuja evolução tem sido desfavorável. É que a inflação, de 7,2%, "é particularmente problemática", avisa a Ebury. O poder de compra dos turistas da Zona Euro desceu cerca de 9% face ao ano anterior neste país de imensa beleza natural.

CHILE

O peso chileno (CLP) teve no último ano uma desvalorização muito acentuada face ao euro, pelo que este país tornou-se "muito mais atrativo" para os turistas portugueses, sinaliza a Ebury. Ainda que tenha "uma inflação relativamente elevada (4,1%)", o euro vale cerca de 11% mais no Chile do que na comparação com o mesmo período do ano passado.

Escolher um destino para as férias implica um conjunto de decisões diversas, mas, muitas vezes, não têm em conta o momento da moeda e dos preços de cada país. Por isso, o Negócios pediu à consultora Ebury uma análise de vários casos em que haja "desconto cambial" e de outros em que as viagens de portugueses sejam penalizadas.

ISLÂNDIA

Destino já habitualmente caro para os bolsos portugueses, tem este ano uma agravante: "Os turistas devem preparar-se para pagar mais cerca de 6% do que há um ano", avisa a Ebury. A taxa de câmbio entre o euro e a coroa islandesa (EUR/ISK) está "ligeiramente mais elevada" do que no período homólogo e "poder-se-ia esperar que as férias custassem sensivelmente o mesmo", mas a verdade é que "a taxa de inflação da Islândia, de 6,2%, é mais do dobro da taxa da Zona Euro". A Blue Lagoon talvez tenha de esperar.

POLÓNIA

Com variações dos preços muito semelhantes na Polónia e na Zona Euro, são as flutuações das taxas de câmbio que fazem a diferença para os turistas que queiram conhecer Varsóvia ou Cracóvia (e os campos de Auschwitz e Birkenau). Na comparação com o mesmo período do ano passado, "as férias serão mais caras", indica a Ebury. Há, porém, uma nuance: "A recente desvalorização acentuada do zlóti polaco, relacionada com as preocupações globais com as eleições, incluindo em França, é favorável do ponto de vista dos turistas".

ÍNDIA

Os preços neste país são sempre atrativos, continuando a ser um destino barato para os turistas portugueses, embora não tanto como no ano passado. Sendo verdade que a taxa de câmbio entre o euro e a rupia indiana (RS) é a mesma do ano passado, há, no entanto, um senão: a Índia tem "uma das taxas de inflação mais elevadas da Ásia (4,8%)", sublinha a Ebury.

REINO UNIDO

Um saltinho a Londres e outras cidades britânicas no verão sairá "ligeiramente mais caro do que no ano passado", sinaliza a Ebury, uma vez que o poder de compra do euro desce 3% face à libra na comparação homóloga. Os turistas "poderão não dar por isso", tendo em conta que "a taxa de câmbio GBP/EUR subiu apenas ligeiramente (1%) e as taxas de inflação de ambos os lados do Canal da Mancha são muito semelhantes".

BRASIL

A inflação no Brasil, que chega a 3,9%, seria um fator penalizador para os turistas portugueses, mas nos últimos tempos temos assistido a uma "forte desvalorização do real brasileiro", realça a Ebury, o que "significa que o país é agora consideravelmente mais barato". Ou seja, comparando com o ano anterior, "o poder de compra em euros aumentou cerca de 6%". Pequeno senão para quem já tenha as havaianas no pés: talvez faça sentido esperar pelo verão brasileiro, que começa em dezembro.

ÁFRICA DO SUL

Não há boas notícias aqui. "O país tornou-se menos atrativo para os turistas da Zona Euro devido principalmente à elevada inflação (5,2%)", explica a Ebury, mas também por causa de "uma certa valorização do rand" (ZAR). E com isto "o poder de compra do euro desceu cerca de 6%" num ano. Mas não é só uma questão de dinheiro: o Ministério dos Negócios Estrangeiros alerta os viajantes que "as condições de segurança têm-se deteriorado" num país que "atravessa uma aguda crise de geração de eletricidade" – os cortes atingem "10 horas diárias".

TAILÂNDIA

As praias, a vida noturna e os templos da Tailândia têm já imensa procura por turistas europeus, mas neste momento estão ainda mais acessíveis. Num país que já tem habitualmente um nível de preços muito apetecível, não só o baht (THB) está a desvalorizar face ao euro como a Tailândia tem atualmente "uma das taxas de inflação mais baixas a nível mundial", (1,5%)", sublinha a Ebury. O poder de compra dos turistas portugueses aumentou cerca de 3% neste país asiático na comparação com o ano passado.

JAPÃO

O iene japonês desvalorizou-se de forma significativa em relação ao euro no último ano (uma quebra de 8%) e a evolução dos preços no consumidor não tem sido muito diferente da que se regista na Zona Euro, pelo que é um dos destinos a ter em conta para quem esteja "à caça" de um "desconto cambial". Já se sabe que nunca será um destino barato, mas para quem já tenha decidido que é um país a não perder não é uma má altura para avançar: há um "desconto" de cerca de 6% para os turistas da Zona Euro na comparação homóloga.

Fonte: Ebury

investidor privado

OPINIÃO

UNCLE JOE *

Will the sun stop to shine?

Se todos os caminhos vão dar a Roma, agora todos os investimentos vão dar à Nvidia. Com uma valorização de 160% desde o início do ano, a empresa tornou-se na maior empresa do mundo (em capitalização ou valor bolsista), ultrapassando a Microsoft e a Apple. Atrás das razões fundamentais que suportam esta subida estonteante (o advento da inteligência artificial e o real crescimento das suas vendas e lucros), uma bolha especulativa colou-se a este movimento. Uma boa parte dos investidores que estão a comprar Nvidia já o fazem apenas porque as ações não param de subir. Talvez tenham alguma razão para o fazer, há casas de investimento que antecipam que a empresa ainda pode subir até aos 150 dólares por ação (dos atuais três para os quatro triliões de dólares em capitalização).

Como efeito secundário, o resto do mercado parece mirrar. Outros setores empresariais como o software e a cibersegurança estão amorfos. A bitcoin, as outras moedas virtuais e as empresas cotadas que dependem delas, perderam estamina. E até a história da inflação, desce não desce, foi remetida para segundo plano. I think that hot money, aquele está investido nas empresas para ganhos rápidos e eufóricos, abandonou todas estas empresas para se concentrar na Nvidia e em mais meia dúzia de outras empresas que estão contaminadas pela AI mania, como por exemplo Microsoft, ARM, Super Micro e Taiwan Semicondutor.

A verdade é que, caso esta história da inteligência artificial não existisse, a performance dos índices no primeiro semestre do ano teria sido medíocre, sem qualquer trigger que os tivesse estimulado. A AI é uma enorme transformação tecnológica que terá grandes consequências na generalidade das atividades humanas e nos resultados corporativos. Primeiro, nos lucros das empresas que vendem a inteligência artificial e depois naquelas que a adotarem e, em consequência, conseguirem ganhos de produtividade. Todos beneficiarão desta onda tecnológica que é transformadora de todas as indústrias e segmentos empresariais, contaminando gradualmente mais e mais empresas. Imaginem, por exemplo, o que acontecerá ao setor audiovisual quando, daqui a poucos anos, qualquer um poderá solicitar um filme ou uma série com determinado enredo e este e aquele ator e, em poucos minutos, assistir tranquilamente a essa customização. Ou ler uma notícia ou reportagem com determinados critérios e ela aparecer, como magia, à sua frente. Até os atores e jornalistas serão convidados a trabalhar com novos modelos de negócio.

A Nvidia e essa meia dúzia de enlighted empresas continuarão a subir à medida que revelarem as novas tecnologias que estão a desenvolver. Claro que há mesmo muito dinheiro especulativo, do toque e foge, e isso provocará súbitos movimentos para cima e para baixo, mas investidores determinados e pacientes terão heavy compensação à sua espera. Mas os ganhos decorrentes da AI vão alargar-se deste pequeno grupo inicial para muitos outros setores e empresas, à medida que mais e mais negócios se redesenharem. Esta é uma radical inovação que ainda está a dar os primeiros passos e ainda só estamos a vislumbrar uma pequena parte do que aí vem. ■

TIP: SUPER MICRO COMPUTER

A SMCI subiu 300% este ano (ou mais de 1.000% desde janeiro de 2023) porque produz servidores especializados em alojar esta revolução da AI. Foi ajudada na semana passada, porque Elon Musk anunciou que esta companhia (e a Dell) eram os fornecedores do hardware que suportará a sua própria empresa de inteligência artificial. Para responder ao aumento da procura, a empresa anunciou que está a expandir as suas instalações em Silicon Valley. O indicador price-earnings (PER) da SMCI está na casa dos 50, um valor modesto quando comparado com os múltiplos de outras empresas que participam neste frenesim. E as suas vendas e lucros têm crescido na casa dos 40 a 50% ao ano. Há um antigo ensinamento, uma daquelas máximas que fica bem citar nestes momentos, que lembra que se queres ficar rico numa corrida ao ouro, trata de vender picaretas aos garimpeiros. Mas também recordo a história da Cisco, que no começo dos anos 2000 participou furiosamente no rally das dotcoms, com a justificação de que produzia os servidores necessários para albergar a então novidade da Internet. Quando o mercado crashou, ficou com os seus armazéns repletos de equipamento que já ninguém queria e as cotações caírem literalmente a pique. E ainda hoje não recuperou, na sua cotação bolsista, até ao máximo histórico que então atingiu...

Uncle Joe não existe, é uma personagem de ficção. Todos os disparates que aqui leram não são recomendações de investimento e não devem ser considerados como tal. Não tentem fazer em casa as habilidades perigosas aqui referidas. Ninguém fica rico por trabalhar muito. Ou não.

investidor privado

BULL & BEAR

JOSÉ MIGUEL CALHEIROS
Diretor da Bankinter
Gestión de Activos

BULL

AÇÕES JAPONESAS: "MORE TO COME?"

Depois de um primeiro semestre em que as ações japonesas (com cobertura cambial) voltaram a estar no pódio das rendibilidades dos mercados acionistas desenvolvidos, as perspetivas para os próximos trimestres continuam a ser animadoras, dado os múltiplos de mercado relativamente baratos e uma revisão em alta das estimativas de crescimento de lucros das empresas. Com a economia japonesa a regressar a um estado mais "normal" e com a adoção de medidas estruturais que visam aumentar o retorno para os acionistas, o mercado de ações japonês tem potencial para mais a médio prazo. ■

BEAR

VOLATILIDADE SIM... MAS NA POLÍTICA!

2024 já se antecipava um ano fértil em processos eleitorais um pouco por todo o mundo, mas Rishi Sunak e Emmanuel Macron decidiram adensar ainda mais o calendário, precipitando eleições legislativas no Reino Unido e em França para o início de julho. Com a extrema-direita em ascensão clara nas sondagens, veremos que panorama político teremos na Europa nos próximos meses, antes de entrarmos no prelúdio das eleições norte-americanas, agendadas para o início de novembro. ■

NÚMERO

3,3

A Nvidia, líder incontestada nas infraestruturas de hardware e software que suportam a revolução da inteligência artificial, tornou-se, na semana passada, a empresa cotada mais valiosa do mundo, com uma capitalização bolsista de 3,3 biliões de dólares, destronando a Microsoft. A título recordatório, a Cisco Systems, outrora líder incontestada nas infraestruturas da internet, também destronava a Microsoft em finais de março de 2000, há 24 anos.

ANTEVISÃO DA SEMANA

Resultados da Greenvolt, dividendo da Glintt e depósitos

Numa semana de poucos resultados empresariais de destaque, serão os dados estatísticos a centrar atenções dos investidores. Chega também ao fim a oferta de obrigações sustentáveis da SIC.

24 Segunda

PSI

GREENVOLT APRESENTA CONTAS DO TRIMESTRE

A Greenvolt prepara-se para apresentar resultados do primeiro trimestre do ano, tornando-se a última cotada do PSI a fazê-lo. No total de 2023, a energética obteve 1,2 milhões de euros de lucros, uma quebra de 92,9% face aos 16,6 milhões registados no exercício anterior. Excluindo o efeito das operações descontinuadas o lucro seria, contudo, de 7,5 milhões de euros, o que corresponderia a uma quebra de 65,3%. ■

25 Terça

BOLSA

GLINTT ENTRA EM EX-DIVIDENDO

A Glintt é liderada por Luís Cocco.

A Glintt Global vai começar a distribuir o seu dividendo bruto de 3,4497 cêntimos por ação a partir de 27 de junho. Assim, as ações da empresa liderada por Luís Cocco deixam de conferir direito a esta remuneração a partir (inclusive) da sessão desta terça-feira. Este dividendo refere-se às contas de 2023, quando a empresa da área da consultoria e serviços tecnológicos registou lucros de 4,03 milhões de euros, o que representou um aumento de 25,3% face ao ano precedente. ■

26 Quarta

CRÉDITO

EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO BANCÁRIA NA HABITAÇÃO

O valor mediano de avaliação bancária na habitação fixou-se nos 1.596 euros por metro quadrado em abril, o que sinaliza um aumento de 16 euros face ao mês anterior, ou seja, de 1%. Foi o quinto mês consecutivo em que a avaliação dos bancos aumentou, sendo que o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) vai divulgar esta terça-feira os dados de maio. ■

WALL STREET

MICRON APRESENTA CONTAS EM NOVA IORQUE

Esta vai ser uma semana com poucos resultados empresariais, mas há, ainda assim, alguns relatórios a chamar a atenção dos investidores. É o caso das contas da Micron, a produtora norte-americana de soluções de memória e armazenamento computacional. Tem como um dos principais clientes a Nvidia, o que lhe tem valido fortes ganhos em bolsa. ■

27 Quinta

POUPANÇA

DEPÓSITOS GUARDADOS NA BANCA CRESCEM?

Os depósitos das famílias nos bancos em Portugal totalizavam 183,2 mil milhões de euros em abril, mais mil milhões de euros do que os registados em março de 2024. Esta subida correspondeu à maior taxa de variação anual desde dezembro de 2022. O Banco de Portugal vai atualizar esta quinta-feira estas estatísticas, com dados relativos a maio. ■

CONJUNTURA

CONFIANÇA DE FAMÍLIAS E EMPRESAS

Há uma série de estatísticas a serem conhecidas na quinta-feira. Além dos depósitos dos particulares, o Banco de Portugal divulga ainda dados relativos ao sistema bancário português. O INE publica os inquéritos de conjuntura às empresas e aos consumidores - um importante indicador de confiança na economia -, bem como estatísticas das rendas da habitação a nível local. ■

28 Sexta

DÍVIDA

FIM DA OFERTA OBRIGACIONISTA DA SIC

Francisco P. Balsemão é o CEO.

A SIC está no mercado para a emitir 30 milhões de euros em obrigações ligadas a critérios de sustentabilidade, a chamada dívida verde, com um prazo de quatro anos e uma taxa de juro bruta anual de 5,95%. A colocação junto de investidores de retalho está prevista ser de um milhão de obrigações com um valor unitário de 30 euros, mas o montante pode ser revisto em alta até quarta-feira. Esta divide-se entre uma oferta de subscrição e outra de troca de títulos que expiram em junho de 2025. O período de oferta termina esta sexta-feira. ■

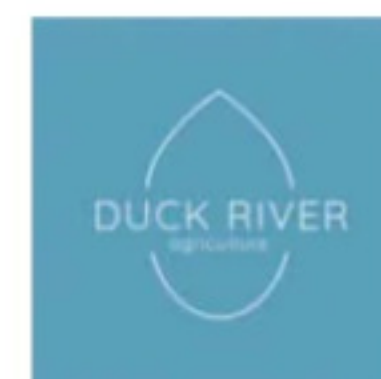
12ª EDIÇÃO

PRÉMIO NACIONAL AGRICULTURA 2023

O **Prémio Nacional da Agricultura** distingue casos portugueses de sucesso da Agricultura e Agro-Indústria, Florestas e Pecuária. O BPI e a Medialivre agradecem a todos os membros do Júri, aos membros dos Comités Técnicos e à PwC a análise das candidaturas recebidas e a seleção dos premiados. **A todos os que participaram, as maiores felicitações e votos de muito sucesso.**

VENCEDOR

Categoria Inovação de Novos Projetos

DUCK RIVER

A Duck River foi criada em 2019 com o objectivo de se dedicar à produção de amêndoa em zonas agrícolas nacionais de excelência, inseridas nos principais perímetros de rega nacionais.

Entre 2019 e 2023 o Grupo cresceu até aos 3400ha na Beira Baixa e no Alentejo, onde tem vindo a plantar amendoal e olival.

A expansão da área plantada tem sido acompanhada pela contratação de uma equipa jovem, dinâmica e capacitada para enfrentar os desafios da agricultura moderna.

MAIS INFORMAÇÕES
www.premioagricultura.pt

Apoio

Patrocínio

Fintech portuguesa facilita gestão bancária das empresas

Plataforma tecnológica da nBanks aplica benefícios e conveniência do Open Banking e Open Finance para inovar na gestão bancárias das empresas. Serviços abrangem já 75 países e plataforma conta com mais de 3000 utilizadores.

A entrada em vigor, em janeiro de 2018, da Diretiva Europeia "PSD2 (Payment Services Directive)", fica na história dos serviços financeiros como um momento transformador por, entre outros motivos, permitir o tratamento dos dados das contas bancárias dos clientes por parte de terceiros, e não exclusivamente pelos bancos, como sucedia antes.

A dimensão e potencial dessa transformação ficou imediatamente clara para Orlando Gomes da Costa, CEO e Cofundador da nBanks: "Lembro-me perfeitamente. Foi numa viagem de avião, em que passei o tempo a analisar a documentação para implementar esta diretiva no banco onde trabalhava, Nessa viagem fiquei não só convencido do potencial transformador da diretiva, como disse para mim mesmo que aqui estava uma oportunidade para mudar de vida e lançar um negócio que mudasse a experiência que os clientes têm na sua gestão bancária". O resto, como se costuma dizer, é história.

Na sequência, em 2018, a equipa fundadora da nBanks, todos ex-quadros do BPI com mais de 15 anos de experiência de banca, constituem a empresa. Os quatro anos seguintes são passados a estruturar o negócio e a desenvolver a plataforma tecnológica "state-of-the-art" que o suporta. 2022 é o ano de entrada no mercado, e em 2024 encontramos a nBanks com uma plataforma que suporta serviços em 75 países e que conta com mais de 3000 utilizadores empresariais.

Todas as contas em tempo real

Mas o que faz concretamente a plataforma nBanks? Conforme nos explica Orlando Gomes da Costa: "Nós ajudamos todo o tipo de entidades a otimizar a sua gestão financeira e de tesouraria, disponibilizando, com a nossa plataforma, a informação em tempo real de todas as suas contas bancárias nas 75 geografias abrangidas pela nossa solução". A informação assim disponibilizada, afirma o CEO da nBanks, "agrega toda essa informação de tesouraria em tempo real, incluindo câmbios, o que permite aos decisores tomar decisões mais qualificadas, seja uma compra de matéria-prima ou para dar indicações importantes para negociações comerciais e vendas, para dar dois exemplos".

Vantagens sobre os bancos

A vantagem desta Fintech sobre os bancos, segundo o responsável, "é que nós agregamos a informação de todos os bancos, dando uma visão global e isenta a cada cliente". Uma outra vantagem, afirma, "é que a nossa tecnologia permite obter e integrar a informação em tempo real, o que resulta não só em melhor informação, como numa enorme poupança de tempo com processos e na eliminação do erro humano". Na verdade, a plataforma da nBanks traz um nível acrescido de automação e inteligência artificial à gestão bancária, "o que capacita os operacionais e decisores e lhes deixa as tarefas em que podem acrescentar valor, como a interpretação dos dados e a antecipação e visualização de cenários", explica o CEO.

> **Disponibilizamos, com a nossa plataforma, a informação em tempo real de todas as contas bancárias nas 75 geografias abrangidas pela nossa solução.**
>
> **ORLANDO GOMES DA COSTA**
> CEO e Cofundador da nBanks

Quem precisa da nBanks?

Quem precisa destes serviços? Estamos a falar, conforme nos explica Orlando Gomes da Costa, "naturalmente de multinacionais de setores desde a hotelaria, engenharia e construção, passando pela logística e educação, até aos investimentos e consultoria, incluindo empresas presentes em bolsa, todas com elevados padrões de segurança e qualidade". Mas não só, conforme nota o CEO da nBanks: "temos também como clientes empresas nacionais, mas que têm maior complexidade bancária e grande transaccionalidade nas contas bancárias". A plataforma nBanks também se tem revelado particularmente adequada para tornar mais rápida, conveniente e eficaz a atividade de contabilistas, auditores e outros profissionais na área financeira. Até porque a plataforma possibilita a integração de informação fiscal e tributária. Num futuro próximo, revela o CEO, "vamos abrir a nossa plataforma a particulares, nomeadamente numa perspetiva de integração de informação bancária europeia, procurando utilizar uma dimensão do mercado bancário que está no seu inicio, mas que pensamos ter um grande potencial".

2018
ANO DA FUNDAÇÃO

2022
ENTRA NO MERCADO

3000
UTILIZADORES

75
PAÍSES COM SERVIÇOS INTEGRADOS

Intermediação no horizonte

Numa perspetiva de evolução próxima da plataforma nBanks, para este ano "está previsto adicionarmos uma camada operacional que permita efetuar pagamentos, bem como implementar evoluções importantes na otimização da informação e integração com softwares, nomeadamente de gestão" afirma Orlando Gomes da Costa. Numa visão mais alargada da empresa, segundo o CEO, "vamos aumentar a presença e a notoriedade nos países em que temos serviços e vamos avançar para a intermediação financeira. O nosso posicionamento e conhecimento financeiro dos clientes pode facilitar o processo de identificação das melhores soluções de financiamento".

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

O SNS é irreformável?

O fim de semana ficou marcado novos encerramentos de urgências de obstetrícia e ginecologia. Doze! O problema, como é natural, agrava o sentimento de insegurança de muitas populações.

A situação é nova? Não. Vai melhorar no curto prazo? Não! Problemas estruturais, como falta de médicos, não se resolvem em poucos meses. Além de que o setor é dominado por "lobbies" que aproveitam o caos para fazerem valer os seus direitos... sem propor qualquer solução estrutural para os problemas. Por exemplo, ouve-se os sindicatos médicos (FNAM, SIM...) falar sobre urgências e não se vê uma ideia nova para combater o problema. O discurso assenta em ideias vagas e exigências, nomeadamente salariais, que só trazem um brutal aumento da despesa (coisa que o cidadão comum não percebe): o SNS gasta quase o dobro do que gastava em 2009 e os problemas agravaram-se.

As intervenções do bastonário dos médicos são de um vazio aterrador. Carlos Cortes não avança uma única ideia para ultrapassar o caos das urgências. O seu discurso é um monumento de lugares comuns, marchetado a queixas sobre salários e carreiras, acompanhado da sacrossanta referência ao SNS como bastião de uma excelência que já conheceu melhores dias.

O SNS é hoje um edifício velho e relho, com exigências a que o modelo inicial não consegue responder. Enquanto não houver vontade política (partidos) e técnica (médicos e outras classes) para reconstruir esse edifício, as queixas vão continuar

P.S. – O governo decidiu comprar a maioria do capital da Lusa. O ministro Pedro Duarte justifica a operação, entre outras coisas, como forma de combater "fake news". Depois admiram-se quando os eleitores dizem que é tudo farinha do mesmo saco... ■

AINDA HÁ ESPERANÇA

ANTÓNIO MOITA
Jurista

Pare e olhe. Escutas já temos em quantidade

Na nossa velhinha via férrea, que não vê a hora de ser melhorada, encontrávamos junto a cada passagem de nível um sinal que dizia "pare, escute e olhe". Assistindo hoje à forma como se faz política em Portugal, aproveitando as escandalosas e cirúrgicas fugas de informação do aparelho de justiça, apetece dizer que é tempo de parar e olhar para o estado do sistema. Já agora refletir também se a quantidade de escutas que se fazem por tudo e por nada, mas que acabam por ser muitas vezes o único meio de prova, são adequadas ao fim a atingir e se são utilizadas de forma proporcional à relevância do caso concreto.

Continuamos sem saber quem está na origem das fugas de informação. Por mais inquéritos que se abram não há forma de conhecer os responsáveis por estes atos indecorosos. A comunicação social rejubila com esta rentável fonte e sempre irá alegar que o interesse público da notícia justifica a sua publicação ou divulgação. Pelo meio, sem qualquer decisão judicial, vão-se destruindo carreiras, prejudicando vidas, influenciando o sentimento dos cidadãos relativamente a certos projetos, empresas ou instituições.

Não estou apenas a falar da última transcrição de uma conversa entre o primeiro-ministro e um seu ministro a propósito de um problema que existia na TAP e que não era agradável para o Governo. Infelizmente as notícias provenientes de extratos de escutas telefónicas realizadas é hoje comum e não confere nem qualquer possibilidade de defesa aos visados, nem nenhuma forma de verificação da sua credibilidade ou autenticidade por parte dos cidadãos. Mas é assim que se forma a opinião. Uma vez publicado o "facto" todos podem sobre ele dizer o que bem entendem. O que devia estar reservado à justiça, fica exposto sem contraditório aos olhos de todos.

Se isto não configura um anormal funcionamento de uma instituição, não sei o que mais será necessário. O problema é que isto não se resolve com uma dissolução dos órgãos jurisdicionais nem com a indicação de novos titulares para os diferentes tribunais ou para as entidades que são responsáveis pela investigação e ação penal. A imobilidade a que assistimos no setor é sintomática de que há interessados em que tudo fique como está, sabendo que esta é a forma mais rápida de destruir os alicerces do sistema político e da democracia. A confiança nos eleitos para as autarquias, para o Parlamento e daí para o Governo e agora até para a Presidência da República, atingiu o nível mais baixo de sempre. Já ninguém confia em ninguém.

Conviria talvez saber a quem aproveita o atual estado de coisas na justiça portuguesa. Aos cidadãos certamente não será. E se a justiça deve ser feita em nome do povo, convém então encontrar forma de concretizar este desiderato constitucional e civilizacional. É urgente iniciar uma reforma profunda do sistema e para isso é fundamental assegurar uma estabilidade política que a aprove de forma duradoura. Até aqui nada de novo. É motivo de proclamações e de discursos nas sucessivas legislaturas. Nada fazer a este propósito é cavar ainda mais fundo a falta de prestígio dos órgãos de soberania e a credibilidade dos seus titulares. Se os próprios não entendem esta prioridade então não sei quem o poderá conseguir. Provavelmente, e dentro de poucos anos, aqueles que se alimentam da podridão e da progressiva falta de solidez das instituições. É fácil exigir transparência na ação política e no comportamento dos seus agentes. É muito mais difícil acabar com a opacidade dos processos de investigação e com a sua utilização indiscriminada para fins muito diferentes do que esteve na sua origem. Fazer justiça pelo "buraco da fechadura" não é edificante nem dignifica o Estado de Direito. Fazer política a partir daí é nojento e muito perigoso para a democracia. ■

> Fazer justiça pelo "buraco da fechadura" não é edificante nem dignifica o Estado de Direito.

Coluna semanal à segunda-feira

NOTAS DA SEMANA

LUÍS MARQUES MENDES
Advogado

A análise de Luís Marques Mendes ao que marcou a última semana da vida nacional e internacional. Os principais excertos da sua intervenção na SIC, nos temas escolhidos pelo Negócios.

Nuno Rebelo de Sousa prejudica Marcelo

COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Este "pacote", tem, em termos de orientações, dois aspetos positivos:

- Primeiro, corresponde a uma prioridade política corretíssima. A corrupção mina a democracia e mina a economia. E a perceção, nas pessoas e empresas, é que a corrupção está a aumentar.

- Segundo, tem uma filosofia correta. O mais importante não é começar tudo de novo e fazer novas leis por tudo e por nada. Algumas leis até podem precisar de revisão, mas o essencial é aplicá-las bem e dar meios às instituições para as aplicarem.

2. Na especialidade, destaco quatro orientações muito meritórias:

- A regulamentação do lóbi, eternamente adiada;

- A revisão do regime da instrução para ganhar maior celeridade;

- A revisão do regime de recursos para acabar com abusos;

- A identificação de quem intervém na produção de diplomas (pegada legislativa), para assegurar maior transparência.

3. Finalmente, algumas dúvidas que também parecem pertinentes:

- O confisco de bens sem uma prévia condenação é uma medida correta e constitucional? Ou é antes um exercício de populismo?

- Não será que falta aqui um plano de combate à burocracia, que é uma das maiores fontes de corrupção? Com a burocracia criam-se dificuldades para, a seguir, se venderem facilidades.

- Esta agenda diz querer proteger o Estado. Muito bem. E quem protege o cidadão face ao Estado? Um exemplo: o funcionamento do Fundo Ambiental. Há 8 meses, desde outubro de 2023, que cerca de 80 mil pessoas estão à espera da avaliação das candidaturas que apresentaram para instalação de painéis solares. Quem defende o cidadão de arbitrariedades destas? ■

> Por que é que os partidos não chamam a PGR ao Parlamento para dar explicações?

O CASO DAS GÉMEAS

1. Os principais protagonistas desta história não contam a verdade toda. Ou se refugiam no silêncio ou em meias-verdades. Fazem mal. Se contassem a verdade, mesmo havendo falhas, os portugueses compreenderiam melhor. Este é um caso humano e não de corrupção.

2. É o caso de Nuno Rebelo de Sousa: ele aproveitou-se do facto de ser filho do PR para exercer uma influência indevida. Passados estes meses, o seu comportamento é ainda mais censurável. Afinal, ele recusa-se a dar uma explicação pública e até chegou a recusar-se a ir à CPI. Uma completa desfaçatez. Uma pessoa de caráter dá a cara, explica a situação e assume responsabilidades.

- Mais grave ainda é que Nuno Rebelo de Sousa, com este silêncio, está também a prejudicar o pai, que é PR. Primeiro, prejudica-o politicamente, porque este caso gera desgaste. Depois, afeta-o pessoalmente. Marcelo Rebelo de Sousa é uma pessoa de família. Ser obrigado a cortar relações com o filho é uma violência. O filho não tinha o direito de colocar o pai, que é PR, nesta situação.

3. Quanto a Lacerda Sales, o princípio é o mesmo: devia dar uma explicação completa. Não se devia refugiar na condição de arguido. Quem exerceu funções políticas tem um dever reforçado de prestar contas aos portugueses. Mesmo antes de as prestar à Justiça.

4. Terceiro, a mãe das crianças. O seu depoimento na CPI enferma de contradições, é verdade. Mas ela não é uma criminosa. Ao invés do que insinuaram alguns deputados. Ela fez aquilo que qualquer mãe faria para salvar as crianças. Pode não ser totalmente correto, mas é humano.

Este caso não é só política e justiça. Há um bem maior que foi assegurado: salvaram-se duas crianças e não se prejudicou ninguém. ■

AS ESCUTAS DA TAP

1. Aos olhos de alguns portugueses este caso parece igual a tantos outros: afinal, violações do segredo de justiça há a torto e a direito. O problema é que este caso é diferente dos outros e é bem mais grave.

- Em democracia escutas sem relevância criminal são proibidas. Por isso, quando sucedem, devem ser destruídas. E estas nem têm relevância criminal, nem foram destruídas.

- Não tendo sido destruídas, deviam ao menos ter sido guardadas "a sete chaves" para não haver risco de divulgação. O problema é que não só não foram destruídas como foram divulgadas.

2. Tudo isto já foi dito, e bem. O que falta dizer são três outras coisas:

- A primeira, é o inacreditável silêncio do poder político. Até hoje nenhum órgão de soberania tomou posição sobre o assunto. Nem o PR, nem a AR, nem o Governo. O que revela medo. Medo do MP. Isto é assustador em termos democráticos. Assim, a democracia fica doente.

- A segunda, é a omissão do Parlamento. Por que é que os partidos não chamam a PGR ao Parlamento para dar explicações? Não é dar explicações em relação a uma investigação em concreto. Isso seria inadmissível. É dar explicações sobre um comportamento indevido e grave. Os deputados estão a falhar na sua missão.

- A partir de agora a suspeita está instalada: este caso é único ou há outros semelhantes? A PGR tem o dever de dar uma explicação. O 25 de Abril fez-se justamente para acabar com estes comportamentos e com estas suspeitas. Não digo isto para defender os políticos. Digo isto para combater os abusos. ■

COSTA NA EUROPA?

1. Sucedeu o que se previa: que o Conselho informal do início da semana nada iria resolver e que a decisão final devia ser tomada no próximo fim de semana. É o que vai suceder. Haverá acordo, em princípio, no fim da semana que agora começa. Uma coisa, entretanto, parece certa: os nomes falados vão ser seguramente os nomes aprovados. Ursula Von der Leyen será proposta para novo mandato à frente da Comissão Europeia; António Costa será escolhido para o Conselho Europeu; Kaja Kallas será a Chefe da Diplomacia da UE; Roberta Metsola será eleita Presidente do Parlamento Europeu.

2. Quanto a António Costa, a escolha parece pacífica: a sua potencial adversária nesta corrida desistiu; ninguém questionou o seu nome; e algumas questões colocadas pelo PPE, como a questão divisão do mandato, são apenas formas de pressionar os socialistas europeus para se empenharem na eleição de Ursula Von der Leyen.

3. É que o "berbicacho" que pode existir é mesmo com a eleição de Von Der Leyen para a Comissão. Primeiro, porque a maioria para a eleger no PE é escassa (há uma folga de apenas 40 votos); segundo, porque há cinco anos ela só foi eleita por margem mínima (só nove votos de diferença); terceiro, porque o voto é secreto e a alemã tem hoje vários anticorpos políticos.

- A agravar o problema, os tratados indicam que, se Von Der Leyen não passar na votação do PE, é obrigatório escolher outro candidato. Não se pode insistir na mesma pessoa. A bem da Europa, seria melhor evitar o "berbicacho" de um chumbo. ■

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Manuel Pinto de Azevedo, 80, 1.º - 4100-320 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

MELHOR TÍTULO DE INFORMAÇÃO ECONOMICA

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de maio de 2024: **5.083 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

POLÍTICA

Montenegro pede a Chega e PS que se juntem ao Governo

Filipe Amorim/Lusa

Presidente do PSD, Luís Montenegro, com Pedro Louro, novo líder da JSD.

O presidente do PSD deixou este domingo um recado aos líderes do PS e Chega, desafiando-os a "juntarem-se menos um com o outro" e a aliarem-se ao Governo nas decisões que melhoram a vida dos portugueses.

As afirmações de Luís Montenegro, durante no discurso de encerramento do 28.º congresso da JSD, em Lisboa, surgem depois de várias coligações negativas no Parlamento.

Num discurso dirigido aos jovens e depois de elencar as medidas já tomadas pelo Executivo, Montenegro apontou aos socialistas e ao Chega: "Se o PS, a vontade que tem é juntar-se com Chega ou o Chega juntar-se ao PS, a vontade do PSD é juntar-se com Portugal para resolver os seus reais problemas".

Embalado pelos aplausos, o primeiro-ministro foi mais longe para frisar que o melhor que os dois partidos podem fazer é juntarem-se ao Executivo para melhorar as condições de vida das famílias. "A uns e a outros dizemos: preocupem-se menos em juntarem-se um com o outro, juntem-se aos portugueses."

Já antes, Montenegro tinha afirmado que "é hoje o desígnio nacional absolutamente prioritário dar à juventude em Portugal esperança e confiança". "É do interesse geral do país que os nossos recursos humanos, tantos deles muitíssimo qualificados, não deixem de estar à nossa disposição para termos uma sociedade mais equilibrada, uma economia mais pujante e, através disso, criar mais riqueza e pagar mais salários", afirmou.

Para Montenegro, "para termos crescimento económico sustentado e melhores salários, para termos as garantias de que o Estado Social funciona, precisamos da juventude a trabalhar em Portugal". ■ **NEGÓCIOS**

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

VALDIS DOMBROVSKIS
Vice-presidente da Comissão Europeia

O vice-presidente da Comissão Europeia anunciou este domingo UE que a União Europeia concordou, após conversações com o governo chinês, em lançar um processo de consulta sobre as tarifas anunciadas pelo bloco europeu sobre os veículos elétricos chineses. A concorrência chinesa fragiliza o setor automóvel europeu, mas entrar na guerra das tarifas pode não ser o melhor caminho. ■

MIGUEL ALBUQUERQUE
Presidente do Governo da Madeira

O presidente do Governo Regional tem vida difícil depois de ter sido obrigado a retirar de votação o programa de governo por não conseguir a sua viabilização. Esta segunda-feira, o líder regional do PSD na Madeira irá reunir-se com os diferentes partidos da oposição para encontrar pontos de entendimento que lhe permitam governar. O facto de o JPP assumir que vai ficar de fora nesta fase, nem sequer reunindo, não é bom sinal. ■